



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Rio Doce

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Rio Doce	27
3.1	Caracterização Geral.....	27
3.2	Análise Temática	38
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rural Próximas ao Rio Doce.....	87
3.4	Clipping de Notícias.....	93
3.5	Textos Acadêmicos	97
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	102
4.1	Turismo	102
4.2	Cultura.....	103
4.3	Esporte e Lazer	104
5	Avaliação de Impactos	106
5.1	Metodologia	106
5.2	Resultados	125
6	Créditos e Referências	157
	Entrevistados no município.....	157

Equipe Técnica.....	157
Referências	161

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
Tabela 2 Taxa de urbanização de Rio Doce e de Minas Gerais (%)	29
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Rio Doce e de Minas Gerais	30
Tabela 4 IDHM Rio Doce e Minas Gerais (1991,2000 e 2010,).....	34
Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Rio Doce e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013).....	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	37
Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Rio Doce	39
Tabela 8 meios de hospedagem	49
Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Rio Doce.....	50
Tabela 10 Locais e Templos de Fé de Rio Doce.....	53
Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Rio Doce, 2014-2015	63
Tabela 12 Atrativos culturais identificados em Rio Doce, 2016	68
Tabela 13 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	82
Tabela 14 Quadro clipping de notícias do município de Rio Doce	94
Tabela 15 Conjunto de textos acadêmicos.....	98
Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	107

Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	109
Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	152
Tabela 19 - Listagem de participantes de reunião institucional em Rio Doce	157
Tabela 20 Equipe Técnica	157

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização do Município de Rio Doce	32
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Rio Doce	41
Figura 8 Centro de Múltiplo-uso Madalena Martins Lima	52
Figura 9 Sociedade São Vicente de Paulo	55
Figura 10 Imagens do Caminho de São José	56
Figura 11 Mapa do Caminho de São José	57
Figura 12 Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Carmo e Piranga	58
Figura 13 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	60
Figura 14 Centro Cultural Odilon Caldeira	67

Figura 15 Biblioteca Municipal Francisca Pinheiro Martins e loja de artesanato de Margarida Maria de Andrade Pereira.....	69
Figura 16 Conjunto histórico e Ruínas da Estação do Engenho	70
Figura 17 Santuário de Santana do Deserto e Sede da antiga estação ferroviária	70
Figura 18 Fazenda do Engenho e Fazenda da Floresta	71
Figura 19 Bandeira de São Sebastião	72
Figura 20 Ruína do Pontilhão Leopoldina Railway	75
Figura 21 Bananada e Agroindústria Real Doce do Jorge.....	76
Figura 22 Quitanda Agroindústria Sabores de Santana	77
Figura 25 Captura do peixe Dourado pelos Pescadores na Bacia do Rio Doce.....	83
Figura 26 Prática da pesca às margens do rio Doce, antes do Evento	85
Figura 27 Retirada dos rejeitos depositados ao pé do eixo do Barramento da Hidrelétrica Risoleta Neves	86
Figura 28 Acúmulo de rejeito na margem e no substrato da calha do rio Doce	86
Figura 27 Mapa de localização da comunidade de Santana do Deserto.....	88
Figura 30 Sant'ana do Deserto em 1900	90
Figura 31 Bandeira de São Sebastião	92
Figura 32 Nuvem de termos para o clipping do município de Rio Doce	97
Figura 33 Ponte entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, reservatório da UHE Risoleta Neves.....	100
Figura 34 Modelo de Gráfico de Radar	111
Figura 35 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	112
Figura 36 Classificação da Significância de Impactos.....	113

Figura 37 Imagens do impacto ambiental no Lago da UHE Risoleta Neves (fotos aéreas datadas de 25/08/2014 e 04/07/2016).....	128
Figura 38 Impactos sobre a Chalana do reservatório da UHE Risoleta Neves.	129
Figura 39 Operação de retirada de rejeitos acumulados no reservatório de Candonga....	130
Figura 40 Impacto na paisagem na região do encontro dos rios Carmo e Piranga, com detalhe para a localização do Caminho de São José (fotos aéreas datadas de 24/08/2014 e 29/05/2016)	132
Figura 41 Espécime de dourado capturado por pescador amador em 15/11/2016 no Rio Doce próximo a confluência com o Rio de Peixe.....	139
Figura 42 Acampamento de pescadores amadores às margens do rio Doce, no município de Rio Doce/MG em 15/11/2016	139

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade – Rio Doce (2013).....	36
Gráfico 2 Repercussões na imagem do município	126
Gráfico 3 Avaliação do impacto sobre o reservatório da UHE Candonga/Chalana Olga ..	131
Gráfico 4 Impactos sobre o Caminho de São José	133
Gráfico 5 Impactos sobre o encontro dos rios Piranga e Carmo	134
Gráfico 6 Impacto econômico no Setor de Turismo.....	137
Gráfico 7 Impacto sobre a Pesca Amadora	140
Gráfico 8 Impacto sobre a prática do futebol.....	141
Gráfico 9 Impacto sobre a Peregrinação de Santanna.....	142
Gráfico 10 Impacto de Interrupção da Corrida Rústica.....	143
Gráfico 11 Impacto sobre Acessos.....	144

Gráfico 12 Impacto de aumento de demanda nos espaços de sociabilização	145
Gráfico 13 Impacto sobre equipamentos e serviços de turismo em Santana do Deserto .	147
Gráfico 14 Impactos sobre hábitos e Costumes Tradicionais.....	148
Gráfico 15 Interdição do Campo de Futebol de Santana do Deserto	149
Gráfico 16 Impacto sobre Calendário Cultural e Esportivo em Santana.....	151

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI - Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CONAC – Coordenação de Contas Nacionais

COMPACTUR: Conselho de Patrimônio, Cultura e Turismo

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMRD: Prefeitura Municipal de Rio Doce

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Rio Doce, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Rio Doce aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Rio Doce/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Rio Doce. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.
- Herkenhoff & Prates - Relatório de Mapeamento de Ativos, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados

complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.

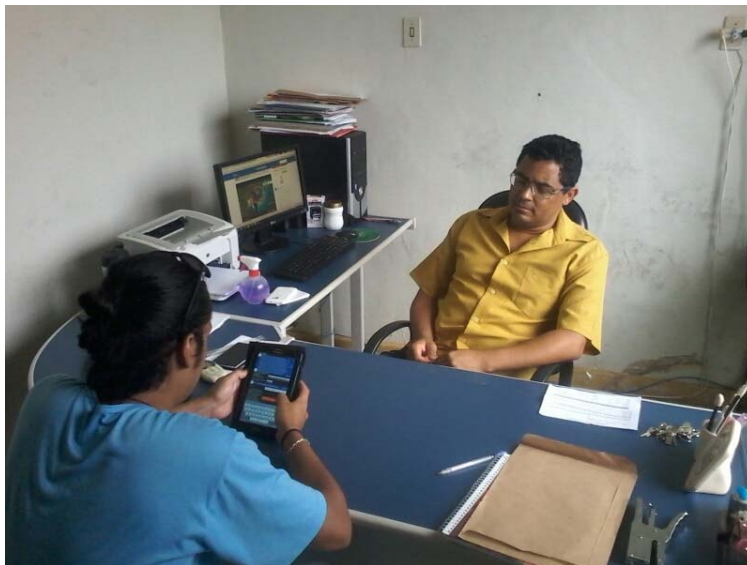


Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Rio Doce

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A ocupação da localidade na qual se encontra o município de Rio Doce, originalmente atribuída aos índios Botocudos, deu-se a partir do século XVIII, tendo como marco a construção, em 1745, de uma Igreja em Santana do Deserto, à época povoado de Perobas (IBGE, 2016).

A primeira expedição à região foi realizada por Fernandes Tourinho, no ano de 1553, em meio a diversas incursões em busca de pedras preciosas que se estenderam até o século XVIII. Devido às características da natureza local, a efetivação da ocupação ocorreu somente no século XIX, com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas (IBGE, 2016).

Assim, em 1886, o povoado de Perobas passou a chamar-se Rio Doce, que, por sua vez, tornou-se distrito subordinado ao município de Mariana em 27 de junho de 1890, com o Decreto nº 122 A. Em agosto daquele mesmo ano, passaria, por meio do Decreto nº 160, a pertencer ao município de Ponte Nova. Já a sua formação enquanto município, e a decorrente emancipação de Ponte Nova, deu-se em março de 1963, com a Lei nº 2.764 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos geográficos: área e temperatura

Rio Doce possui área de 112,67 km², fazendo parte da Mesorregião Zona da Mata e da Microrregião de Ponte Nova (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 18,5°C.

Os municípios limítrofes são: Barra Longa, Dom Silvério, Ponte Nova, Sem-Peixe e Santa Cruz do Escalvado. Rio Doce não possui distritos (ALMG, 2016).

3.1.3 Aspectos demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Rio Doce em 2016 era de 2.611 pessoas e sua densidade demográfica de 21,9 habitantes por Km² (IBGE, 2016).

O município apresentou crescimento populacional negativo no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, tendo registrado -1,39%. Já entre os anos de 2000 e 2010, a taxa média anual foi de 0,62%. Sendo assim, verifica-se que a taxa média de crescimento populacional em Rio Doce é menor do que a do estado de Minas Gerais. Este apresentou 1,43% de crescimento no período de 1991 a 2000 e 0,91% entre 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2016).

No que diz respeito à taxa de urbanização de Rio Doce, destaca-se que, em 2010, o município teve significativa parcela de sua população em situação rural, 32,94%, enquanto outros 67,06% estão em área urbana. Tal cenário é bastante diverso do encontrado no estado de Minas Gerais, onde, no mesmo ano, 85,29% dos habitantes estavam domiciliados em área urbana e apenas 14,71% moravam em área rural (ATLAS BRASIL, 2016).

Ainda assim, tal qual pode ser observado na Tabela 2, a seguir, a taxa de urbanização do município aumentou de modo expressivo e gradual ao longo do período compreendido entre os anos de 1991 e 2010.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Rio Doce e de Minas Gerais (%)

População e área do domicílio	Ano		
	1991	2000	2010
População urbana			
Rio Doce	48,80	59,19	67,06
Minas Gerais	74,87	82,00	85,29
População rural			
Rio Doce	51,20	40,81	32,94
Minas Gerais	25,13	18,00	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Sobre a distribuição da população por gênero, é possível dizer que há uma diferença mínima entre o percentual dos habitantes dos sexos masculino e feminino, tanto em Rio Doce quanto em Minas Gerais. Em 2010, 49,86% da população do município era do sexo masculino frente a 50,14% para o sexo feminino. No estado, os valores, para o mesmo ano foram 49,2% e 50,80%, respectivamente (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Rio Doce, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 27,38%, em 1991, para 17,99%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (5,06%, em 1991, para 14,15%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, 6,67% da população de Rio Doce possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Rio Doce possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Rio Doce, no ano 2000, a razão de dependência foi de 64,75%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 49,12%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 12,45% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Rio Doce e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Rio Doce	Razão de dependência	66,08%	64,75%	49,12%
	Taxa de envelhecimento	7,84%	10,96%	12,45%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Rio Doce e a Minas Gerais, sobretudo na taxa de envelhecimento. Apesar da diminuição da razão de dependência em Rio Doce no período, os valores encontrados ainda são superiores aos registrados em Minas Gerais.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Rio Doce é feito pelo meio rodoviário. A BR-120 liga a cidade ao município de Ponte Nova (24 km). A cidade também conta com estradas vicinais que a ligam com áreas rurais da região. O município se encontra a 209 km de distância de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (IBGE, 2016; PRÁXIS, 2016).

As companhias Lopes e Filhos e Gontijo são as responsáveis pelo transporte intermunicipal. O acesso ao serviço aeroviário mais próximo se dá por meio do Aeroporto da USIMINAS, no município de Ipatinga. Os serviços ferroviários, por sua vez, podem ser acessados na cidade de Nova Era (PRÁXIS, 2016).

As principais prestadoras de serviços de telefonia e internet móveis em Rio Doce a OI, a Claro e a Vivo.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Rio Doce.

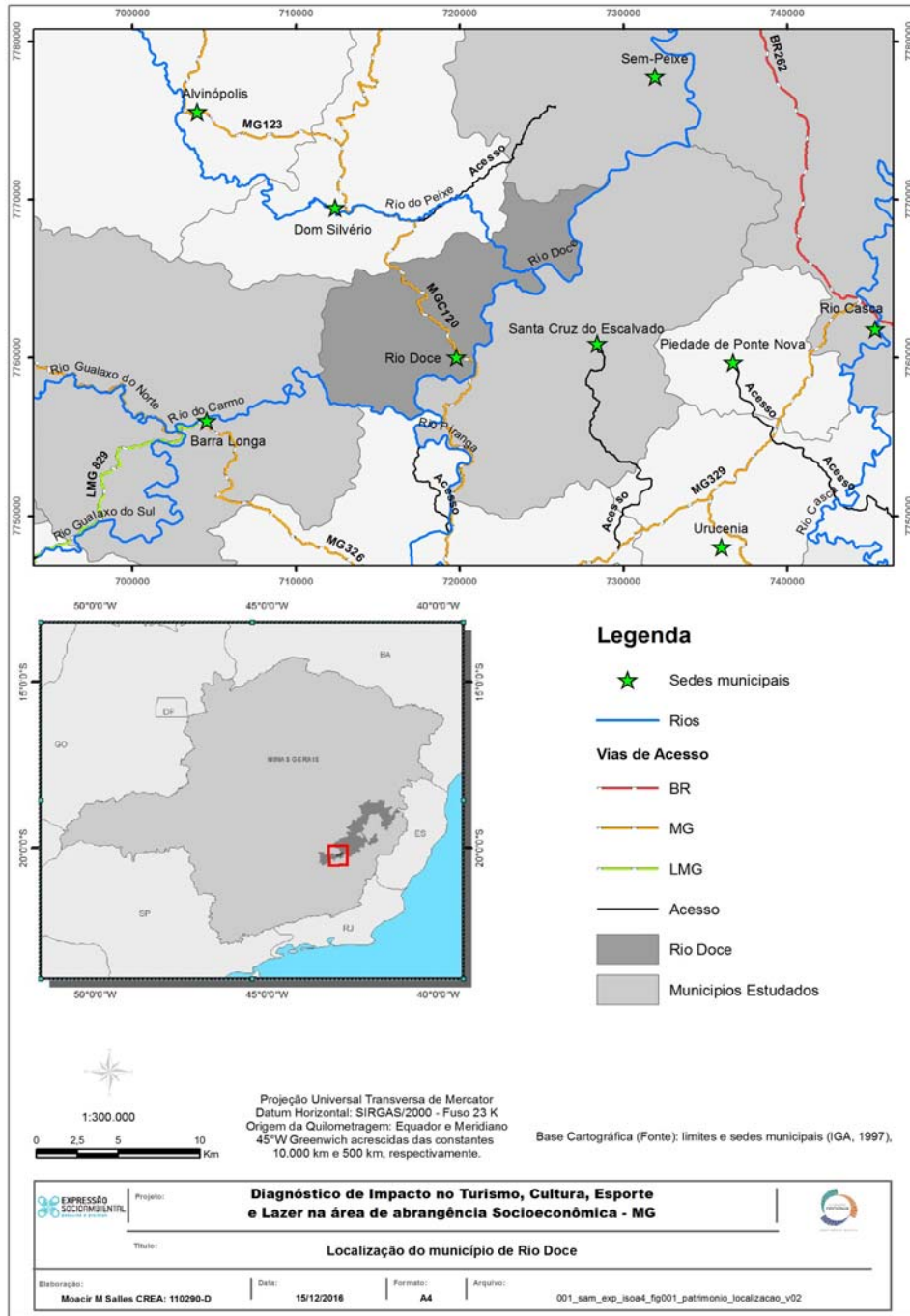


Figura 6 Mapa de localização do Município de Rio Doce

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Rio Doce, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,278 do IDHM total, 0,186 do IDHM longevidade, 0,135 no IDHM renda e 0,310 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM Rio Doce e Minas Gerais (1991,2000 e 2010,)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rio Doce	0,386	0,570	0,664	0,615	0,711	0,801	0,509	0,603	0,644	0,184	0,431	0,567
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Como pode ser observado na tabela, acima, a evolução do IDHM educação se destaca entre as demais. Cabe ressaltar, ainda, que, apesar da evolução do IDHM em todos os índices contemplados, os valores encontrados estão abaixo daqueles registrados para Minas Gerais. Por fim, verifica-se que o IDH de Rio Doce pode ser considerado médio.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capita

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Rio Doce, é possível identificar que o PIB do município cresceu no período de 2011 a 2013. Entre 2010 e 2011, porém, o percentual de crescimento foi nulo (0%), saltando para 15,1% entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013 houve uma pequena queda na variação do PIB, que cresceu 14,1% (PRÁXIS, 2016).

Cabe destacar, também, que a variação dos períodos citados foi expressivamente inferior aos índices encontrados em Minas Gerais entre 2010 e 2011, sendo de 7%. Entre 2011 e

2012, contudo, constata-se o inverso, uma vez que o PIB do estado registrou crescimento de 4,3%, tendo diminuído de forma pouco significativa na passagem de 2012 para 2013, quando registrou 4,1%, isto é, 10% a menos que o município (PRÁXIS, 2016).

Tabela 5 PIB (1.000 reais) – Rio Doce e Minas Gerais (2011, 2012 e 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Rio Doce	17.486	0	21.307	15,1	25.753	14,1
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$6.653,04, em 2010, R\$7.059,52, em 2011, R\$8.563,82, em 2012, e R\$10.001,19, em 2013 (PRÁXIS, 2016). É de suma importância ressaltar que, apesar do crescimento do PIB de Rio Doce, tratado na tabela anterior, o PIB per capita, na série 2010–2013, é significativamente inferior ao registrado no estado de Minas Gerais.

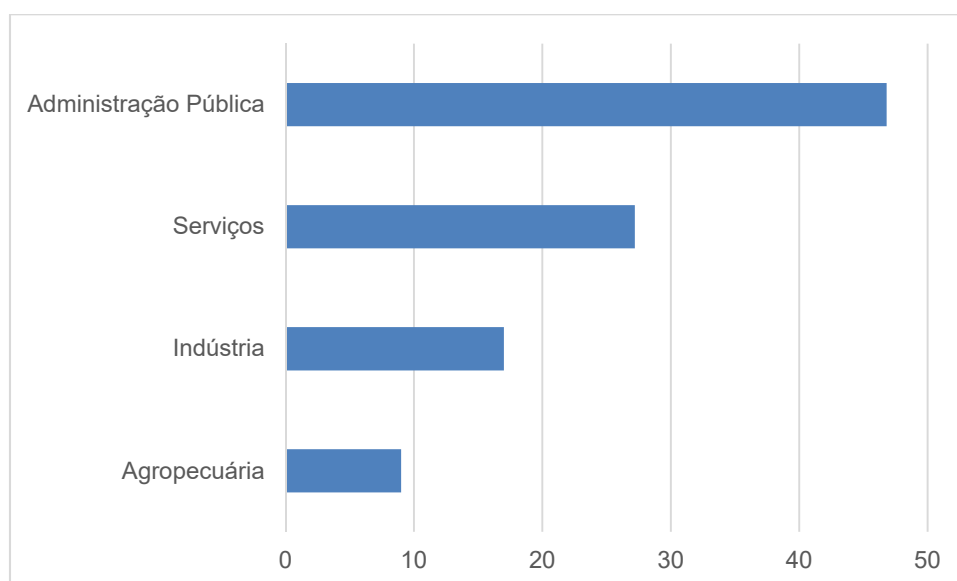
Entre 2010 e 2013, o PIB per capita de Rio Doce registra valores inferiores a metade do PIB per capita em Minas Gerais. Apesar de tal discrepância, há uma clara evolução do PIB per capita no município no período (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas em Rio Doce estão aquelas associadas aos setores de comércio e serviços. O Valor Adicionado Bruto do setor de serviços, por exemplo, é de 27,2%. Este é, porém, consideravelmente inferior ao registrado em Minas Gerais, qual seja, 37,9%.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto por setor de atividade – Rio Doce (2013)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à administração pública e à indústria, sendo os valores correspondentes 46,8% e 17%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da administração pública é somente de 9,9%, enquanto o da indústria corresponde a 46,4%. Para ambos, observa-se diferenças bastantes significativas entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

O Valor Adicionado referente ao setor da agropecuária, por sua vez, representa somente 9% em Rio Doce frente a 5,8% registrados no estado.

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego, no ano de 2000, o município de Rio Doce possuía 560 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 208 no ano de 2010, indicando queda significativa. Já em Minas Gerais, eram 5.058.328 pessoas em 2000 e 6.806.149 em 2010, demonstrando um crescimento de 34% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Rio Doce	560	208
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

No que diz respeito ao número de pessoas ocupadas por cada setor da economia, observa-se que a administração pública empregou, em 2014, 193 pessoas em 2 estabelecimentos. Já as atividades de comércio contaram com 14 empregos formais em 10 estabelecimentos, enquanto registrou-se 37 empregos em 19 estabelecimentos na agropecuária (DATAVIVA, 2014).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística de Rio Doce, identificou-se o Plano Diretor, instituído pela Lei nº 08/2007, e a Lei Orgânica Municipal, de 2004.

O município conta, ainda, com a Lei de Proteção Ambiental, instituída pelo Decreto nº 807/2009.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Rio Doce. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Rio Doce para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

O Inventário Turístico realizado em Rio Doce permitiu identificar 121 bens, serviços e atrativos. Estas informações nos dão uma primeira ideia de que, embora, o município

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

apresente diversidade de atrativos e bens turísticos potenciais, sua estrutura de recebimento aos visitantes ainda é pequena e conta com alguns vazios em termos de oferta. Um exemplo é a inexistência de agências de turismo no município.

Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Rio Doce

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	63
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	28
Transporte	8
Locais/templos de manifestação de fé	14
Serviços e equipamentos para eventos	2
Outro serviço e equipamento turístico	9
Equipamentos Culturais	7
Meios de Comunicação	2
Equipamentos Culturais	5
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Atrativos	35
Atrativo natural	3
Atrativo cultural	32
Diversidade Cultural	11
Grupos Culturais	1

Calendário Cultural	8
Gastronomia	2
Total	121

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Na sequência deste estudo são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na figura a seguir. .

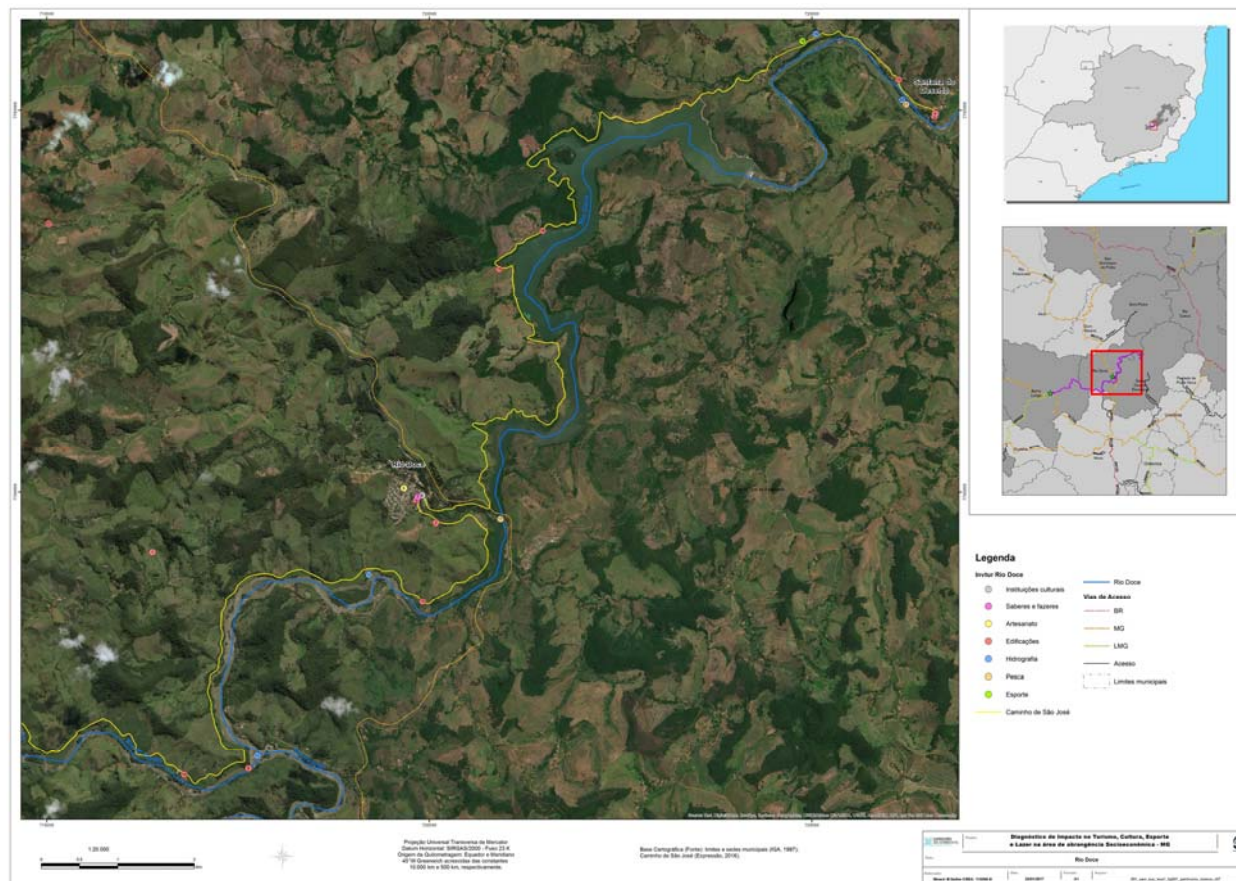


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Rio Doce

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município⁹”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e

9 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. A pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Rio Doce ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Este quadro foi alterado ainda em 2009, quando o município instituiu a Coordenação de Turismo, subordinada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, bem como o Conselho (COMTUR) e o Fundo (FUMTUR) específicos para o Turismo. Esses três órgãos são, pois, fundamentais para a formulação de diretrizes e a execução de ações com vistas ao desenvolvimento da política de turismo local. Embora o FUMTUR esteja ativo e possua dotação orçamentária própria, ele ainda não aprovou nenhum projeto específico.

O município também possui um Plano Municipal de Turismo (PMT), que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística, elaborado em 2011 (Lei 24/2011) com a participação da sociedade civil. Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, possui um horizonte de planejamento de quatro anos que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

Entretanto, o PMT de Rio Doce não atendeu o que se preconiza para este instrumento e encontra-se desatualizado para o ano de 2016, não cumprindo, assim, seu objetivo. Considerando esses instrumentos de planejamento do turismo, tem-se que a estrutura de gestão do município não está estabelecida conforme as diretrizes nacional e estadual para o desenvolvimento desta atividade, qual seja: detalhar, estruturar e implementar os 04 (quatro) instrumentos para o desenvolvimento responsável do Turismo no município (SETUR, 2014) – Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico. Soma-se a isso o fato de o município ainda não possuir legislação de incentivo ao Turismo.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), criado no ano de 2009, mediante desmembramento do Conselho Municipal do Patrimônio, Cultura e Turismo, criado em 2005.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho Municipal deve ser “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Em Rio Doce o COMTUR é formado paritariamente por representantes do estado e da sociedade civil, conforme se descreve a seguir:

- Representantes de Entidades Não Governamentais
- Representantes da Corporação Musical de Santo Antônio;
- Representantes da associação de Amigos de Rio Doce;
- Representantes do Rio Doce Clube;
- Representantes de Bares e Restaurantes;
- Representantes do Governo Municipal;

- Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
- Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- Considera-se este o principal mecanismo de participação nas decisões sobre os rumos e no controle social da política de turismo no município. Salienta-se que a elaboração do PMT também contou com a participação da sociedade civil.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Os gastos orçamentários de Rio Doce na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009, segundo a FJP (2013).

Conforme anteriormente expresso, o município possui Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), criado em 2009, no bojo da mesma lei em que foi criado o COMTUR. Ele possui dotação orçamentária própria, porém, nenhum projeto ainda foi aprovado. Isso demonstra que, mesmo dispondo de um mecanismo de financiamento e fomento das ações de turismo no município, este ainda não foi acionado para a efetivação da sua função, qual seja: abrigar e destinar recursos “para a execução das ações propostas no Plano Municipal de Turismo” (SETUR/MG, 2014).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Rio Doce participa do Programa Nacional de Regionalização, conseqüentemente da política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), estando inserido dentro do Circuito Turístico Serras de Minas.

O Circuito Serras de Minas (2016)¹⁰ tem o “objetivo de promover o fortalecimento turístico regional, despertando o interesse de empresários e do poder público para a realização de

10 <http://www.serrasde Minas.org.br/institucional.php?inst=127>

ações e programas que atraiam visitantes para a região”. Sua missão é “Promover o desenvolvimento do turismo sustentável através da integração contínua dos municípios consolidando uma identidade regional”. Seus objetivos específicos são:

1. Promover a integração entre os governos municipais e o empresariado regional;
2. Representar os municípios junto às políticas públicas estadual e federal;
3. Informar os municípios sobre as oportunidades de recursos disponíveis para o desenvolvimento econômico da região;
4. Auxiliar os municípios e a iniciativa privada na elaboração de novos roteiros, potencializando o receptivo local;
5. Divulgar os roteiros turísticos regionais para o público externo;
6. Investir em parcerias institucionais que fortaleçam o turismo regional;
7. Despertar o interesse das comunidades locais para a importância de se oferecer produtos turísticos de qualidade;
8. Fomentar projetos de infraestrutura e capacitação;
9. Ser um posto de informações turísticas.

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e terá, em 2017, ano de referência de 2015, o repasse do montante de R\$ 1.836,85¹¹. Essa política visa induzir os municípios a estruturarem suas respectivas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável por meio de transferências de recursos do ICMS mediante comprovada execução de programas e projetos na área.

11 Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Rio Doce possui uma pequena infraestrutura de atendimento ao turismo, organizada em função dos principais atrativos municipais: as atividades de pesca, a Romaria de Santana, e a corrida rústica.

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR, os meios de hospedagem estão caracterizados como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”, estando disponíveis no formulário B1. Informa-se que foram inventariadas duas pousadas, uma na sede do município e outra na comunidade rural de Santana do Deserto. A pousada Gomes Starlino, que fica na sede, conta com 17 unidades habitacionais, ao passo que a pousada do “Zé Patim”, situada em Santana do Deserto, possui 12 unidades habitacionais.

Tabela 8 meios de hospedagem

Pousada Gomes Starlino.	Pousada do Zé Patim.
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em relação aos empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas que prestam serviços remunerados (Formulário B2), foi identificado que, dos 26 estabelecimentos listados na primeira versão do Inventário Turístico Municipal, 12 não funcionam mais; apenas nove permanecem em atividade. Salienta-se que não foram registrados nos levantamentos de campo apontamentos de motivos para o fechamento desses estabelecimentos associados diretamente ao Evento. Os locais que tiveram os inventários atualizados foram:

Tabela 9 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Rio Doce

Sabor de Minas	Só delícia
	
Bar Central	Bar e Lanchonete Tia Bê
	
Bar e Merceria Salvador	Cerealista Rio Doce
	

Bar-Bacena



Padaria São Judas Tadeu



Restaurante Zé Patim



Botequim do Aprígio



Bar do Célio



Padaria e Lanchonete Santana



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No segmento dos serviços e empresas de transportes foram identificados seis taxistas e duas empresas de ônibus que realizam viagens intermunicipais em linhas comerciais, a saber: Empresa Gontijo de Transportes e a empresa Lopes & Filhos, conforme já apresentado anteriormente.

3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

Foi identificado no município um espaço para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows e outros: o Centro Comunitário Múltiplo Uso Madalena Martins Lima.



Figura 8 Centro de Múltiplo-uso Madalena Martins Lima

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados 9 locais e templos de fé em Rio Doce, a saber:

Tabela 10 Locais e Templos de Fé de Rio Doce

Centro Espírita Alan Kardec	Assembleia de Deus Madureira
	
Capela do Jorge	Capela de São José de Entre Montes
	

Igreja Matriz de Santo Antônio



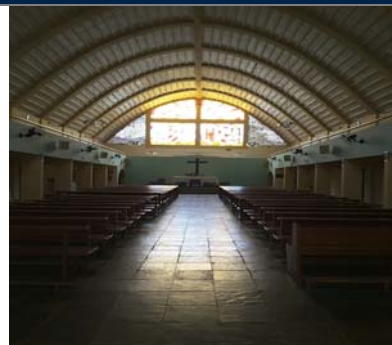
Cemitério Municipal de Rio Doce



Igreja Batista Nacional Missionária



Santuário de Santana do Deserto



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Rio Doce.

3.2.1.2.6 Outros serviços e Equipamentos Turísticos

O Inventário Turístico permitiu a identificação de outros serviços e equipamentos utilizados pelos visitantes para fins turísticos, ainda que não tenham esse como seu objetivo principal.

São eles:

- Sociedade São Vicente de Paulo;
- Emater;
- Massoterapia Toninho.



Figura 9 Sociedade São Vicente de Paulo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

O município de Rio Doce possui quatro atrativos turísticos naturais, a saber: o Encontro dos Rios Piranga e do Carmo; o Caminho de São José; a cachoeira da fazenda floresta e o Lago formado pelo reservatório da UHE Risoleta Neves, conhecido como UHE Candonga.

O Caminho de São José possui grande importância local. De acordo com Moraes e Castro¹², “este ambiente natural pode ser considerado como um museu vivo, com perfeitas condições para se interpretar o passado quando da colonização aurífera, com o ambiente presente em que se apresentam os recursos naturais e sociais na vida das Minas Gerais”. Este percurso concentra uma série de atrativos associados às belezas cênicas e naturais, de maneira particular, em função da proximidade com o rio Piranga. Nesse trecho são realizadas a Corrida Rústica e a Romaria de Sant’Anna. Embora realizadas sem estrutura formal, práticas de lazer associadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura também são registradas no percurso, em função das belezas naturais ali existentes.



Figura 10 Imagens do Caminho de São José

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

abaixo mostra o trajeto percorrido no Caminho de São José.

¹² <http://docslide.com.br/documents/elaboracao-de-roteiros-tematicos-de-turismo-no-caminho-de-sao-jose.html>

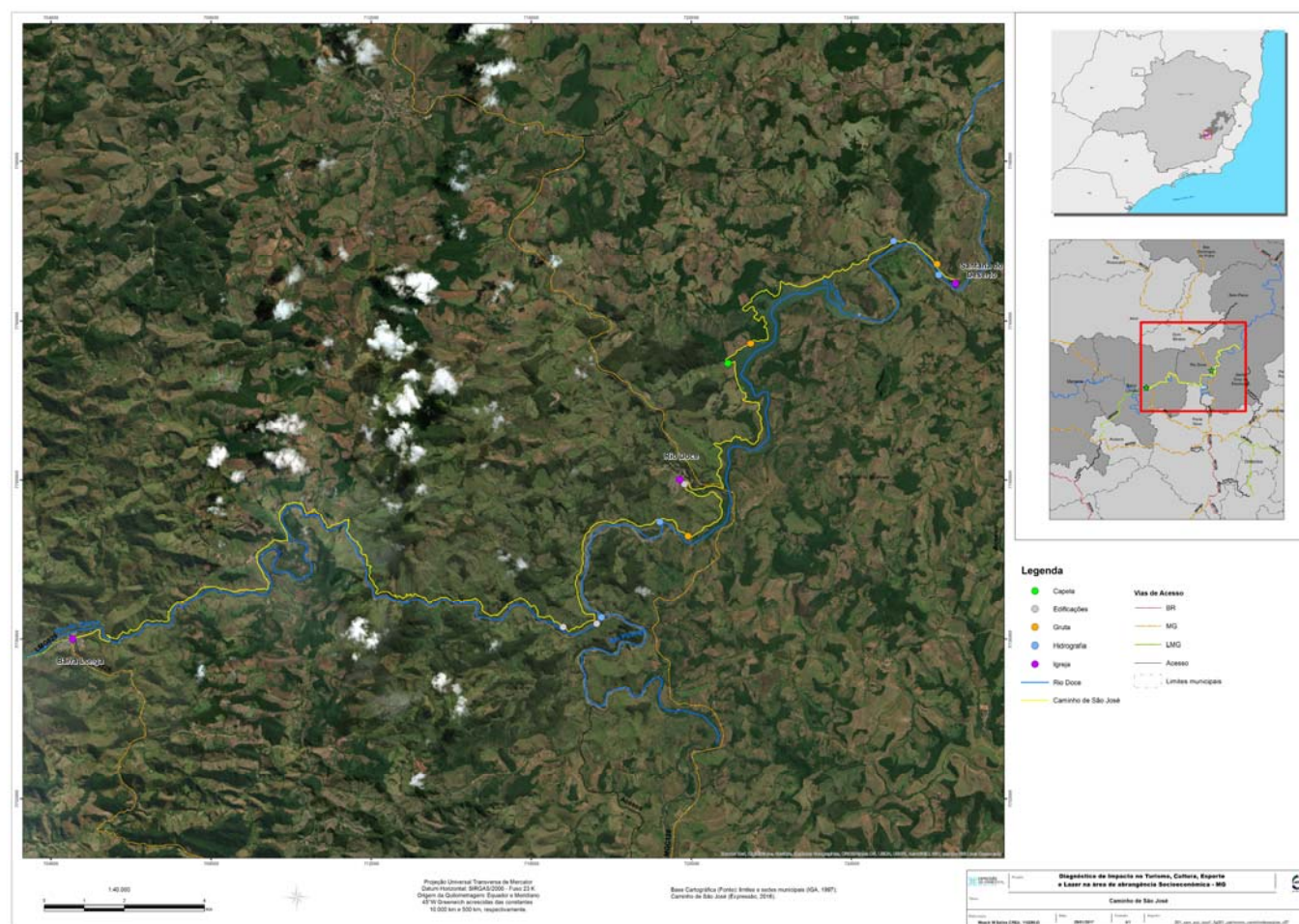


Figura 11 Mapa do Caminho de São José

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

O Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Carmo e Piranga é um atrativo natural com entrada franca, que não requer guia turístico. O local em tela integra a memória coletiva em razão de ter sido o cenário de relevantes fatos históricos do município, tais como a atividade de garimpo artesanal e o episódio em que o imperador D. Pedro II, em visita a Ponte Nova, em 1886, “ao admirar o encontro dos rios Piranga e do Carmo que formavam o rio Doce, teria exclamado: ‘Tive muito prazer em vir às portas do rio Doce, trinta anos depois de ver-lhe a foz e de ter navegado ali!’”¹³.



Figura 12 Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios Carmo e Piranga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

¹³ goo.gl/4dvC

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 13 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 13 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios, 2011.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Rio Doce, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços

e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural no município de Rio Doce é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, à qual encontra-se subordinada a Coordenação de Cultura, órgão específico para a gestão da referida política. À mencionada Secretaria também está subordinada a Coordenação de Biblioteca que, em tese, poderia estar subordinada à gestão da Cultura. Todavia, no organograma da Prefeitura Municipal a Coordenação de Biblioteca se apresenta no mesmo nível hierárquico que a Coordenação de Cultura.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁴, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 16/10/2014 através do Processo 01400.017475/2012-37 da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Tal acordo tem como objeto “estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município.”

¹⁴ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

O Sistema Municipal de Cultura foi instituído por meio da Lei nº 912/2013, ainda por ser regulamentado. Para a plena formação do Sistema faz-se necessário ainda criar o Fundo Municipal de Cultura, cujos recursos serão aportados mediante descontos no pagamento de ISS e de IPTU, e repasses do orçamento municipal. Parte integrante do referido Sistema, o Plano Municipal de Cultura está em processo de elaboração.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Rio Doce dispõe de uma instância de participação e controle social da política cultural em atividade: o Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura, COMPAC, instituído pela Lei nº 845/2009. Este Conselho trata das questões relativas às políticas de cultura e de patrimônio do município.

Salienta-se que esse Conselho foi criado mediante desmembramento do Conselho de Patrimônio, Cultura e Turismo - COMPACTUR, instituído pela Lei nº 742/2005.

Outro importante mecanismo de participação social na política cultural em Rio Doce é a Conferência Municipal de Cultura. O município realizou duas edições - em 2012 e 2015 - enviou representantes para a II e III Conferências Nacionais de Cultura conforme dados da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura.

Nos levantamentos realizados por meio de entrevistas, em novembro de 2016, foi destacada, dentre as fragilidades locais, a fraca participação popular nos eventos culturais de Rio Doce; gestores públicos entrevistados apontaram inclusive a falta de público.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Rio Doce dispõe de dotação específica para o desenvolvimento da política cultural local, embora não se tenha obtido a informação em pesquisa de campo acerca do percentual de participação desse setor no orçamento municipal total. Conforme informado no IMRS, “em 2006, o esforço orçamentário em relação ao total das despesas de Rio Doce foi de 2,6%, passando a 4,9% em 2013” (MINAS GERAIS, 2013).

A Tabela 11 traz os valores do orçamento municipal destinados para a Cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁵.

Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Rio Doce, 2014-2015

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	12.322.000,00	17.450.000,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	11.542.360,29	11.093.856,37
Despesa total com a Manutenção das atividades da Biblioteca (valor executado e liquidado)	13.908,23	13.946,19
Despesa total com a Subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico (valor executado e liquidado)	644.003,86	920.292,14
Despesa total com a Subfunção Difusão Cultural (valor executado e liquidado)	218.582,91	169.058,07

FONTE: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

OBS: apenas valores liquidados. Há outros valores empenhados, mas não foram aqui considerados.

De acordo com tal fonte, constam R\$ 876 mil gastos em unidades ligadas à Cultura em 2014, o que correspondia a cerca de 7,6% do orçamento municipal anual executado. Deste total, 73,5% foi aplicado na subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico (cujos gastos majoritários foram: ações de tombamento e restauração do patrimônio histórico; manutenção do patrimônio; realização de festas tradicionais, folclóricas e populares). Já na subfunção

¹⁵ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Difusão cultural os gastos foram em: manutenção das atividades de difusão cultural (55% do total); subvenção social para a Corporação Musical Santo Antônio de Rio Doce; e subvenção à Associação de Amigos de Rio Doce.

No orçamento 2015 o valor dos gastos com a Cultura foi ampliado para R\$ 1,1 milhão, relativos a quase 10% do total dos gastos liquidados pela Prefeitura. No que é relativo à distribuição das rubricas, viu-se que houve alterações, com a subfunção Patrimônio correspondendo a 83,5% do total, dos quais 65% foram destinados à realização de festas tradicionais, folclóricas e populares. Já na subfunção Difusão a maior parte do recurso foi destinado à manutenção das atividades de difusão cultural (58% do total).

O fomento à cultura por parte da Prefeitura Municipal se realiza também por meio de outras modalidades: apoio à manifestações como o Congado de Nossa Senhora do Rosário de Santana do Deserto, grupo que se apresenta desde 2003 e é registrado como Forma de Expressão. Para a tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, em outubro de 2015, a PMRD disponibilizou motorista e três funcionários para ajudar na decoração e nos registros da festa em fotos e vídeo, além de ajuda financeira. A PMRD também se encarrega da montagem de palco para show musical de encerramento da festa no Santuário de Santana do Deserto. Parte das despesas da festa foram cobertas por doações de particulares dos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Sem Peixe e Igarapé.

O município também participa dos editais do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e teve aprovado em 2012 o projeto de Adequação do prédio da Antiga Estação Ferroviária, e recebido o valor de R\$136.000,00. Este prédio de 1886 é tombado pelo município e foi transformado em um centro cultural.

Rio Doce apresenta uma participação ativa na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural implementada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA¹⁶. Os valores repassados ao município foram R\$269.390,80 em 2014, R\$235.714,49 em 2015 e R\$264.395,91 em 2016 (não inclui o valor repassado em dezembro).

16 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base

Por fim, Rio Doce conta com o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural – FUMPAC, instituído pela Lei Municipal nº 839/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 856/2009. Seu objetivo é financiar as ações de preservação e conservação do patrimônio material e imaterial protegido. Constituem receitas do Fundo dotações orçamentárias, recursos provenientes de convênios, multas, doações, ICMS Patrimônio Cultural, dentre outros.

3.2.2.1.4 Programas, Projetos e Práticas

No campo da cultura foram desenvolvidos diversos projetos no município:

- Implantação de uma sala de exibição de filmes, o Espaço Encine,
- Modernização da Biblioteca Municipal Francisca Pinheiro Martins,
- Reforma e adequação da Estação Ferroviária de Rio Doce que abriga a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e o Centro Cultural Odilon Caldeira.

A ativa participação de Rio Doce na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural refletiu-se em sua pontuação nos três últimos exercícios: 15,60 em 2013; 11,66 em 2015 e 11,92 em 2017 essa pontuação mantém Rio Doce acima da média estadual, que é de 7,83 para 2017. Vale informar que a maior pontuação do Estado de Minas Gerais, atribuída ao município de Mariana, é de 58,50.

O sítio do IEPHA indica os seguintes bens protegidos por tombamento ou registro:

- Em âmbito municipal:
- Congado de Nossa Senhora do Rosário de Santana do Deserto (Livro de Registro: Formas de Expressão)
- Conjunto Paisagístico do Encontro dos Rios Carmo e Piranga
- Estação Ferroviária

para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

- Par de Anjos Tocheiros - Igreja Santo Antônio
- Em âmbito federal:
- Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,

A comunidade de Santana do Deserto, empoderada das festividades de peregrinação pelo Caminho de São José, apresentou projeto para o Fundo Estadual de Cultura/Secretaria de Estado de Cultura em 2016. Outro projeto cultural importante é o Trocando Notas, de musicalização infantil, uma parceria entre as secretarias de Cultura e Educação.

Rio Doce conta também com a Corporação Musical Santo Antônio, criada em 1968, cadastrada no Programa de Bandas da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

Embora não representem ou revelem toda a amplitude da dinâmica cultural municipal - a exemplo dos potenciais artísticos, artesanais e simbólicos - os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo realizadas pela Expressão Socioambiental em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

De forma complementar, esporádica e pontual, as manifestações culturais também utilizam o Estádio Municipal, a plataforma da antiga Estação Ferroviária, a quadra poliesportiva da Escola Estadual Maria Amélia, o calçadão e o Jardim Helder Aquino. Em Santana do Deserto as festividades religiosas, como as do Congado, utilizam o adro do Santuário.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Tal como já apresentado, a antiga Estação Ferroviária abriga o Centro Cultural Odilon Caldeira, que dispõe do Museu de Memórias e de auditório/teatro/sala de espetáculos, bem equipado.

O Centro Cultural possui um auditório com capacidade para 60 pessoas, conta com estrutura completa para apresentações artísticas e de cinema – sistema de iluminação, sonorização

e projeção de imagens –, além de uma plataforma para receber exposições. O referido Centro abriga, ainda, duas salas de memória que resgatam a história da ferrovia e da estação – inaugurada por Dom Pedro II, em 1886 – e também do município, com coleção que conta com objetos doados pelos moradores do município.



Figura 14 Centro Cultural Odilon Caldeira

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Rio Doce não possui arquivo público. Todavia possui a Biblioteca Pública Municipal Francisca Pinheiro Martins instalada no prédio da Prefeitura com 62 m², bom estado de conservação e acervo de 5 a 7 mil livros (SUB/SEC, 2016). O acesso é adaptado com rampas de acesso à calçada e ao interior e o espaço interno permite o trânsito de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Os levantamentos em campo possibilitaram inventariar 21 atrativos culturais, organizados com base em seus aspectos materiais e imateriais. Ressalta-se que esses atrativos culturais podem também contribuir para a atração de fluxos turísticos.

Tabela 12 Atrativos culturais identificados em Rio Doce, 2016

Tipo de atrativo cultural	Nome oficial
Músicas e danças	Corporação Musical Santo Antônio
Artesanato	Cecília Aparecida James Martins
Artesanato	Antônio Claret da Silva
Artesanato	Margarida Maria de Andrade Pereira Ferrari
Edificações	Cemitério Municipal de Rio Doce
Edificações	Ruína do Pontilhão Leopoldina Railway
Edificações	Ruína da Estação do Engenho
Edificações	Fazenda Floresta
Edificações	Fazenda das Lages
Edificações	Fazenda do Engenho
Edificações	Residência Israel Martins de Souza
Edificações	Sede da antiga Estação Ferroviária
Edificações	Santuário de Santana do Deserto
Saberes e fazeres	José Silvério dos Santos
Saberes e fazeres	Maria do Rosário Cenachi
Saberes e fazeres	Luiz Carlos Lobo Pereira de Freitas Junior
Saberes e fazeres	José Silvério dos Santos

Saberes e fazeres	Elisa Regina Gomes de Castro
Saberes e fazeres	Margarida Maria de Araújo
Sítios históricos	Conjunto Histórico de Rio Doce
Instituições culturais	Biblioteca Municipal Francisca Pinheiro Martins

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 15 Biblioteca Municipal Francisca Pinheiro Martins e loja de artesanato de Margarida Maria de Andrade Pereira

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 16 Conjunto histórico e Ruínas da Estação do Engenho

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 17 Santuário de Santana do Deserto e Sede da antiga estação ferroviária

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 18 Fazenda do Engenho e Fazenda da Floresta

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Os grupos culturais que se destacam em Rio Doce são a Corporação Musical Santo Antônio, o grupo de bordadeiras e o Congado Nossa Senhora do Rosário de Santana do Deserto.

Nos últimos anos, o grupo de Congado tem sofrido baixas em seu número de componentes e tem se apresentado somente uma vez ao ano, na tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, precedida por novena e jogos de bingo nos finais de semana. A festa inclui Café da Partilha, almoço para convidados e visitantes, cortejos, Missa Conga com coroação dos novos rei e rainha, depósito da imagem da santa no Santuário de Santana do Deserto, fogos de artifício e show musical.

O maior problema dessa tradicional manifestação vem sendo o progressivo desinteresse e desmotivação da comunidade pelos rituais do Congado, sob risco de desaparecimento, em grande parte atribuída à conversão de membros ativos do grupo à religião evangélica¹⁷.

17 Fontes: Declaração da Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e Relatório de Implementação de Ações de Salvaguarda do Bem Imaterial (também mencionado como Relatório de Registro de Recriação do Bem Imaterial). In: Relatório do Projeto de Educação Patrimonial Educar. Setembro de 2015.



Figura 19 Bandeira de São Sebastião

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município é marcado pela expressiva religiosidade da população, notadamente de tradição católica. Para além da sua importância simbólico-cultural, os eventos movimentam o comércio e o turismo de Rio Doce, com destaque para as atividades musicais.

- Fevereiro - Carnaval.
- 03 de março - aniversário da cidade.
- 23 de junho - Festa de São João.
- 13 de junho - Festa de Santo Antônio.
- 26 de julho - Festa de Santana.
- Setembro - Feira Gastronômica.
- 12 de outubro - Festa de Nossa Senhora do Rosário.
- Novembro - Festa dos Ferroviários.
- Início de dezembro - Inauguração da decoração de Natal no Jardim.
- Festa das Pastorinhas em Santana do Deserto

- Festa de São Sebastião em Santana do Deserto

3.2.2.5 Formação Artística e Cultural

A Fundação Renova informou ter recebido demanda por cursos de capacitação no campo artístico-cultural, bem como de capacitação de gestores culturais.

O município é focado em formação técnica e superior e tem um programa de bolsas de estudos para auxílio a estudantes carentes.

No âmbito da política de preservação do patrimônio cultural, o município se empenha em adotar medidas de implementação do Plano de Valorização e Salvaguarda, que inclui:

- Oficina de conscientização da comunidade sobre a importância do Congado, como parte da programação da Jornada Mineira de Cultura, em setembro de 2015;
- Curso de Formação de Lideranças - resgate das danças: previsto para novembro de 2015, o curso não pode ser oferecido devido o rompimento da barragem que tornou intransitáveis as estradas de acesso à zona rural.
- Fabricação do Livro de Memórias: ação também não realizada, em função do Evento.

Uma gincana de educação patrimonial, Brincar e Aprender, foi realizada durante as férias de julho de 2015.

No dia 04/11/15, véspera do rompimento da barragem, foi realizada a Feira de Cultura pelos alunos dos 4º e 5º anos, no Centro Cultural.

O programa “Visita ao Bem Cultural” realizou, em outubro de 2015, excursão de alunos dos 4º e 5º anos às proximidades das Ruínas do Pontilhão, utilizando também depoimentos de moradores da comunidade.

A comunidade de Santana do Deserto se encarrega da festa religiosa ligada ao Caminho de São José.

As informações ora apresentadas evidenciam que a formação artístico-cultural em Rio Doce ocorre de modo pontual, portanto, não programática.

3.2.2.6 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio cultural material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em Rio Doce, conforme disposto no Art. 216 da Constituição Federal, há legislação que estabelece proteção do patrimônio cultural - a Lei nº 747/2005. Este é um diferencial no âmbito da gestão do patrimônio, e Rio Doce encontra-se, portanto, entre os 85,8% dos municípios de Minas Gerais que dispõem de legislação própria (IMRS, 2013).

Rio Doce possui relevante patrimônio cultural, material e imaterial. Conforme laudo emitido pelo IEPHA em 2015, a Estação do Engenho, desativada, já se apresentava deteriorada e tomada por vegetação no seu interior e nas plataformas de embarque, antes do Evento. Também o pontilhão sobre o Rio do Carmo, sem manutenção, se encontrava em precário estado de conservação, restando somente os pilares em pedra e parte do vigamento em concreto.



Figura 20 Ruína do Pontilhão Leopoldina Railway

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para o Conjunto Paisagístico do Encontro dos Rios do Carmo e Piranga, tombado e de grande importância histórica e identitária, medidas educativas eram recomendadas, antes do Evento, quanto à visitação, sinalização e exploração da área. Também era indicada a regulamentação de atividades comerciais na área, mediante autorização e monitoramento do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, junto com o CODEMA, de forma a minimizar os danos ao patrimônio tombado. O laudo de conservação do conjunto, além de fotos do acesso por estrada de terra, em bom estado, e imagens da “praia”, indicava, em agosto de 2015, apenas 15% da área em estado ruim de conservação e necessitando de intervenção, 10% em estado regular e 75% em bom estado.

A gastronomia tem sido reconhecida como importante aspecto do patrimônio cultural imaterial dos grupos e comunidades. Em Rio Doce, foram identificados dois produtos gastronômicos principais: Goiabada e Bananada, confeccionadas de maneira tradicional, com uso de tachos de cobre e colheres de pau. Esses produtos são geralmente vendidos nos locais de fabricação e em feiras regionais, estaduais e mercado institucional. O principal projeto de apoio para a fabricação e comercialização dos doces é conhecido como Doce do Jorge, que consiste numa agroindústria formada por um grupo de mulheres da zona rural, da comunidade do Jorge. Trata-se de um trabalho coletivo realizado por mulheres da referida

comunidade rural, iniciado em 2003 com apoio da Prefeitura Municipal e assistência técnica da EMATER. Para tanto, uma escola municipal desativada foi reformada e adequada, de modo a responder às exigências de instalação e funcionamento de uma agroindústria. Em 2009, a agroindústria foi legalizada junto a vigilância sanitária e recebeu o alvará sanitário.



Figura 21 Bananada e Agroindústria Real Doce do Jorge

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Outra relevante iniciativa no campo da gastronomia se refere à Agroindústria Rural denominada Sabores de Santana, dedicada à produção de quitandas: broa, rosquinha, pães e outros. Trata-se de um trabalho coletivo iniciado em 2007 que conta com o apoio da Prefeitura Municipal e com a assistência técnica da EMATER. A produção foi desenvolvida para a provisão de merenda escolar e de famílias carentes da Sociedade São Vicente de Paula, por meio do Programa Federal denominado PAA - Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea, administrado pela CONAB.



Figura 22 Quitanda Agroindústria Sabores de Santana

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União.

Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Rio Doce, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Rio Doce é uma atribuição do Departamento de Esporte e Lazer, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

No levantamento de dados em campo por meio de entrevista realizada com gestor municipal, obteve-se a informação de que o município não possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer. Embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Rio Doce não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁸, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “a participação do governo municipal de Rio Doce, na execução de ações, projetos e/ou programas relacionados com o esporte e o lazer, apresentou um índice de 124 em 2012, ficando entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer (FJP, 2013)”.

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos

18 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

De acordo com Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes¹⁹ - ano base 2015, Rio Doce não apresentou nenhuma comprovação de participação em eventos, embora esteja habilitado a participar deste programa (Minas Gerais, 2016).

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Na política de esporte e lazer o município dispõe do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei nº 850 de 30 de dezembro de 2009. O referido conselho é deliberativo, composto por representação paritária do poder público e da sociedade civil e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer, embora possua legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer regulamentada e em funcionamento. Todavia, o gestor entrevistado não soube informar qual é o número da lei, ano de instituição, a fonte de recurso e, por fim, se já houve aprovação de projetos.

De acordo com o entrevistado, Rio Doce possui dotação orçamentária específica destinada ao departamento de Esportes e Lazer, porém, ele não soube informar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. Ele informou que a Prefeitura utiliza de recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

¹⁹ (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009)

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²⁰ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Rio Doce nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 2,2% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual era de 1,7%, o que representa um aumento de 22% no período de 2009 a 2013 (FJP, 2013).

Vale ressaltar que, segundo o entrevistado, houve queda significativa na arrecadação relativa a produtos e serviços do esporte e/ou lazer no município em decorrência do Evento, entretanto, o entrevistado não soube informar o percentual da perda.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Conforme dados da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que Rio Doce já participou do Programa Geração Esportes e dos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Nos levantamentos em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato de Futebol Regional e Estadual, Torneios de Futebol na Zona Rural, Corrida Rústica, Campeonato Taekwondo e Campeonato de Futsal.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui sete espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em pontos de encontro e interação social da comunidade, de realização de atividades esportivas, recreação, lazer, eventos, apresentação de bandas e peças teatrais. De acordo com

²⁰ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

entrevistas realizadas, o município está recebendo jogos da segunda divisão do Campeonato Mineiro de futebol.

São os seguintes os espaços de esporte e/ou lazer inventariados:

- Calçadão e Jardim Helder de Aquino;
- Esporte Clube Riodocense;
- Complexo Esportivo;
- Rio Doce Clube;
- Quadra poliesportiva da Escola Estadual Maria Amélia;
- Campo de Futebol de Santana;
- Adro do Santuário de Santana do Deserto.

Tabela 13 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.3.2.1 Atrativo de Lazer: Pesca

Anteriormente ao Evento, a pesca amadora esportiva na região integrava dois temas, Turismo e Lazer. No contexto do “Turismo”, a pesca era praticada por pessoas de outros

municípios, incluindo a capital mineira, Belo Horizonte. Os pescadores esportivos se deslocavam de seus municípios até a macrorregião do município de Rio Doce/MG e passavam, principalmente, os finais de semana à beira do rio Doce e seus afluentes para, então, poderem exercer a atividade. Na ocasião se hospedavam em casas de parentes, acampamentos à beira do rio e em hotéis/pousadas nas cidades e comunidades próximas. A prática também era exercida por pescadores que saíam pela manhã de suas cidades e passavam o dia pescando na região, retornando à noite para suas residências.

O turismo de pesca nesta macrorregião, mesmo que de forma discreta, movimentava o comércio local, como postos de gasolina, padarias, lanchonetes e, vez ou outra, pousadas e bares nos distritos próximos ao rio Doce.

O turismo de pesca nesta localidade tinha como principal alvo a captura do dourado, espécie exótica à bacia do rio Doce, mas altamente esportiva, o que atraía diversos pescadores mineiros.

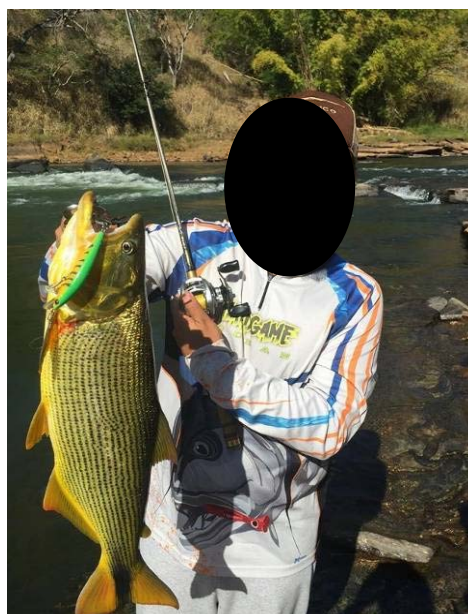
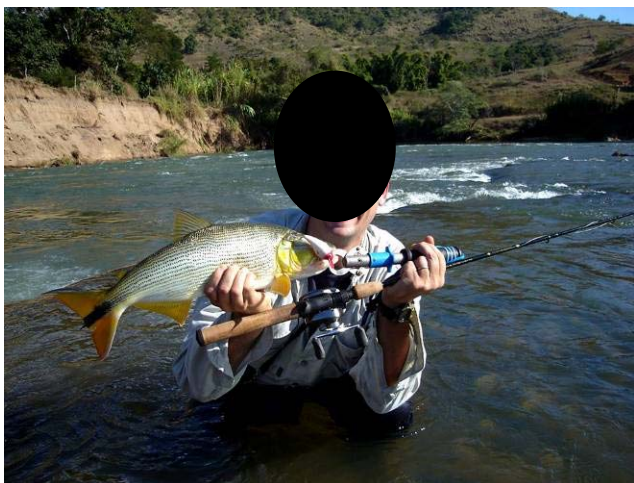


Figura 23 Captura do peixe Dourado pelos Pescadores na Bacia do Rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Os equipamentos utilizados por pescadores turistas eram, principalmente, os caniços com molinetes e carretilhas e as iscas artificiais.

Já a pesca amadora esportiva que integra o tema “Lazer” era exercida por moradores ribeirinhos ao rio Doce e seus afluentes mais piscosos. Essa modalidade de pesca era praticada de forma simples, informal e tinha como principal objetivo o lazer das famílias que moravam próximas ao rio. A pesca por lazer era realizada, principalmente, nos finais de semana, embora houvesse também pescadores assíduos nos dias de semana, logo após o expediente de trabalho.

Na prática da pesca por lazer os equipamentos costumeiramente utilizados pelos pescadores variavam desde a linha de mão com iscas naturais até molinetes e carretilhas com iscas artificiais. Os peixes mais cobiçados eram: dourado, traíra, tilápia, curimatá, piau, lambari e acará, com destaque para as três primeiras espécies.

A pesca amadora esportiva na macrorregião do município de Rio Doce/MG era praticada na calha do rio Doce e em alguns de seus afluentes como o “Rio de Peixe” e o “Rio Sem Peixe”. Outro local bastante procurado pelos pescadores amadores esportivos era o lago da barragem de Candonga (Usina Hidrelétrica de Risoleta Neves).

O principal destino do pescado, tanto na pesca amadora esportiva de Turismo quanto de Lazer, era para complementar a alimentação familiar, entretanto, um número reduzido de pescadores praticava o pesque e solte. Na modalidade do Pesque e Solte os principais praticantes eram os pescadores que exerciam o turismo de pesca. Já para os pescadores que residiam próximo ao rio Doce todo o pescado destinava-se ao consumo próprio.



Figura 24 Prática da pesca às margens do rio Doce, antes do Evento

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

O levantamento de dados in loco possibilitou constatar que a pesca amadora esportiva ainda ocorre na macrorregião do município de Rio Doce/MG, entretanto, de forma insignificante. Registrou-se também, por meio das entrevistas realizadas, que a atividade da pesca está sendo gradativamente retomada ao longo da bacia do rio Doce. Contudo, esta atividade se manifesta com maior frequência nos tributários deste rio, a exemplo do “Rio de Peixe” e do “Rio Sem Peixe”.

Durante as visitas de campo, na região do município de Rio Doce/MG, observou-se grande movimentação de trabalhadores da Mineradora Samarco, operando máquinas para retirada do rejeito lançado no reservatório de Candonga. Este reservatório se encontra vazio e muito assoreado. Na ocasião foram observadas duas grandes dragas fazendo um trabalho emergencial próximo ao eixo desse barramento. ²¹

²¹ Fotos cedidas por pesquisadores esportivos com captura antes do Evento.



Figura 25 Retirada dos rejeitos depositados ao pé do eixo do Barramento da Hidrelétrica Risoleta Neves

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 26 Acúmulo de rejeito na margem e no substrato da calha do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rural Próximas ao Rio Doce

Santana do Deserto foi a única comunidade rural identificada a partir do levantamento de campo, próxima ao rio Doce no município de Rio Doce, sua localização está representada pela Figura 27 a seguir.

S



Figura 27 Mapa de localização da comunidade de Santana do Deserto

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.1 Santana do Deserto

3.3.1.1 Formação Histórica

Santana do Deserto é uma comunidade cujos indícios de ocupação histórica remontam à data em que foi construída a Igreja local – 1745. À época a localidade era conhecida como “povoado de Perobas”, em razão da grande quantidade desse tipo de madeira presente na região. A ocupação do local onde se situa a comunidade está associado à facilidade de cruzar o rio naquele ponto, tanto de balsa quanto a vau, esta última, possível somente durante o período seco.

A formação história da comunidade está intrinsecamente relacionada à efervescência da extração aurífera em Vila Rica - atual Ouro Preto - e Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana. A pujança dessa atividade econômica à época foi, pois, responsável pela atração de toda sorte de pessoas, ávidas por explorar o ouro abundante, e acessar terra fértil para o abastecimento com gêneros alimentícios a região das Minas. O povoamento do local se deu por migrantes cujo imaginário era constituído com misticismo, devoção a santos e fé católica.

Conta-se que a comunidade passou a ser denominada Santana do Deserto pelos sobreviventes a um foco endêmico, fato então atribuído ao poder de intercessão de Santana²².

22 goo.gl/ZDeq



Figura 28 Sant'ana do Deserto em 1900²³

Fonte: Blog Ultrainclusão

3.3.1.2 Acesso à Comunidade

O acesso à Santana do Deserto se dá por estrada vicinal municipal, a qual margeia a calha do rio Doce.

3.3.1.3 Infraestrutura e Serviços

A comunidade dispõe de infraestrutura e meios de hospedagem, serviço público de transporte e serviço de alimentação, dentre outros. O meio de hospedagem é o “Restaurante e Pousada Zé Patim”, que dispõe de 12 unidades habitacionais. A comunidade dispõe ainda de dois bares no rol de estabelecimentos que prestam serviços de alimentação.

Em sua estrutura urbana, a comunidade dispõe além de uma Igreja, de campo de futebol e do Adro do Santuário, esses dois últimos equipamentos utilizados para atividades de esporte e lazer.

²³ goo.gl/ZDeq

3.3.1.4 Manifestações Culturais

Um das principais manifestações culturais da comunidade é o Congado Nossa Senhora do Rosário de Santana do Deserto, bem protegido em âmbito estadual (Livro de Registro: Formas de Expressão). Todavia, nos últimos anos o Congado vem sofrendo baixas em seu número de componentes em decorrência do progressivo desinteresse de parte dos moradores pelos rituais, atribuída em boa medida à conversão de membros ativos do grupo à religião evangélica²⁴. Por consequência, o Congado tem se apresentado apenas uma vez ao ano, na tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, precedida por novena e jogos de bingo nos finais de semana. A festa inclui Café da Partilha, almoço para convidados e visitantes, cortejos, Missa Conga com coroação dos novos rei e rainha, colocação da imagem da santa no Santuário de Santana do Deserto, fogos de artifício e show musical.

A religiosidade da comunidade é sacralizada nos ritos comemorativos do calendário cultural local:

- Festa de Santana - 26 de julho.
- Festa de Nossa Senhora do Rosário - 12 de outubro.
- Festa das pastorinhas em Santana.
- Festa de São Sebastião em Santana.
- Caminhada de Santana.
- Caminhada de São José.
- Festa de São Sebastião.
- Encontro de cavaleiros.

²⁴ Fontes: Declaração da Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e Relatório de Implementação de Ações de Salvaguarda do Bem Imaterial (também mencionado como Relatório de Registro de Recriação do Bem Imaterial). In: Relatório do Projeto de Educação Patrimonial Educar. Setembro de 2015.

As festividades religiosas, como as do Congado, são na maioria das vezes realizadas no adro do Santuário e ruas da comunidade.



Figura 29 Bandeira de São Sebastião

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.1.5 Atrativos Naturais e de Lazer

Santana do Deserto dispõe de expressivos atrativos naturais, a saber: o lago formado pelo reservatório da UHE Risoleta Neves, conhecido como UHE Candonga; e o Caminho de São José. Conforme relata José Alberto Barreto:

“O caminho é antigo, servia de ligação entre Barra Longa e Rio Doce. Em um bom pedaço, o caminho servia também à Estrada de Ferro Leopoldina Railway, que D. Pedro II inaugurou em 1886, bebendo água no encontro dos rios”²⁵.

²⁵ goo.gl/mslB Visitado em 17/12/2016.

Salienta-se que na comunidade há o interesse em fazer com que o Caminho de São José fique conhecido nacionalmente e seja oficializado, atraindo pessoas turistas da região e outro estado.

Os atrativos naturais da comunidade se tornam também atrativos de lazer, para a prática de natação, pesca, canoagem, passeio de chalana, passeio de caiaque, travessia de balsa, camping, dentre outras atividades.

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisas no principal sítio de busca da internet, o Google²⁶, a partir de uma taxonomia definida com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁷. A taxonomia utilizada foi: Rio Doce município OU cidade E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração. Para o município de Rio Doce, foram encontradas 4 notícias. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

²⁶ goo.gl/46bXSx

²⁷ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 14 Quadro clipping de notícias do município de Rio Doce

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Cientistas da UnB encontram metais pesados em amostras do Rio Doce	15/12/2015	G1	https://goo.gl/2SnAso	Nacional	Negativo
Investidas da Samarco para compra de terreno em Rio Doce (MG) preocupam moradores	15/09/2016	tragedianunciada	https://goo.gl/C2sS1g	Nacional	Negativo
Barragem da Samarco continua vazando e lama segue descendo o rio, diz presidente da CUT-MG	07/03/2016	tragedianunciada	https://goo.gl/4krJuH	Nacional	Negativo
Rompimento de barragens soterra distrito em Minas Gerais	06/11/2015	DW	https://goo.gl/Uq3Zug	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia vinculada no site G1, portal de notícias da Globo, relata a descoberta de metais pesados nas amostras de água e lama coletadas do rio Doce, segundo estudos dirigidos por pesquisadores independentes da Universidade de Brasília (Grupo Independente de Avaliação do Impacto Ambiental - Gaia). Foram detectadas concentrações de chumbo acima do permitido no rio Gualaxo do Norte, em Paracatu de Baixo, e no ponto de encontro do curso d'água com o rio do Carmo, localizado no município de Rio Doce. Ainda que o relatório produzido seja preliminar, seus resultados são importantes para alertar a população e pensar estratégias de investimento na região, afirmaram os pesquisadores.

A segunda notícia, foi publicada no site Tragédia anunciada, site coordenado pelo Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A plataforma objetiva ser um canal que vocaliza e dá visibilidade aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

A postagem divulga a compra de um novo terreno no município de Rio Doce pela mineradora Samarco, que, segundo informa, deveria receber obras para a contenção dos rejeitos da mineração da hidrelétrica de Risoleta Neves (Candongia). O fato, todavia, tornou-se motivo de preocupação entre os moradores e entidades públicas.

Para os representantes do MAB, a Samarco vem propondo soluções autoritárias, que carecem de envolvimento da população, principal interessada nas medidas realizadas no município.

Já o representante do Ibama de Minas Gerais, Marcelo Belisário, fez ponderações de que a obra é uma medida emergencial de controle dos efeitos do Evento.

A terceira notícia, também vinculada no site Tragédia anunciada, apresenta uma entrevista com a professora Beatriz Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais.

Em linhas gerais, a professora narrou os acontecimentos buscando avaliar as consequências e possíveis desdobramentos decorrentes do Evento. Enfatizou que este não se tratou de um acidente, e sim de um “crime ambiental”.

Beatriz Cerqueira ainda elencou as “negligências” da empresa que desencadeou no rompimento da barragem, salientando que os movimentos sociais e populares cobram que os responsáveis sejam devidamente punidos. Chamou atenção também para a situação dos atingidos, e que todo o processo da elaboração e execução do acordo entre empresa e sociedade deve se dar de maneira horizontal, com a participação efetiva dos atingidos. Este é um discurso que tem sido reiteradamente feito pelos membros do MAB, não raro difundido nas matérias referentes ao Evento divulgadas no canal.

Beatriz Cerqueira ainda afirmou que a disputa midiática que visa a mobilizar a opinião pública é desigual e injusta. Segundo ela, os impactos são muito maiores do que aquilo que se pode ver, e alega que existe uma chantagem econômica perversa praticada pela empresa, frisando a importância da atividade mineradora para aquelas comunidades, as quais possuem grande parte de suas rendas dependentes desta.

A quarta publicação foi postada no dia seguinte ao Evento e relata as primeiras informações. O número de desaparecidos, as mortes confirmadas e descreve a situação de Bento

Rodrigues naquele primeiro cenário pós rompimento da barragem de Fundão. A menção ao município adveio da confirmação de mais uma morte, o corpo foi encontrado na cidade de Rio Doce.

De modo geral, as notícias relacionando o município de Rio Doce e o rompimento da barragem de Fundão, são de cunho negativo, trazendo consequências danosas à imagem da cidade. Com os relatos de coleta de materiais prejudiciais à saúde nos rios que abastecem à região, em um dos sites de maior visibilidade nacional (G1), por exemplo, é esperado que a repercussão impacte negativamente a imagem do município.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²⁸ resultante do texto do conjunto de matérias descritas e analisadas. Nela, pode-se observar que o termo de maior destaque é “rio”, entre outros termos salientes estão “lama”, “rompimento” “barragem” e “atingido”. Termos negativos, a exemplo de “mortos”, “metais” e “rejeitos” também emergiram pelo contexto das notícias, mas com menor proeminência.

²⁸ Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁰ e a Onda Política³¹ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³² com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³³, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 15 Conjunto de textos acadêmicos

Município de Rio Doce		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Sim
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não

30 goo.gl/BcEHVc

31 goo.gl/x1VYhC

32 Organização Não Governamental

33 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não
---	--	-----

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A avaliação dos artigos listados no quadro acima possibilitou perceber que o município de Rio Doce recebeu menção em dois dos veículos listados: o material produzido pela UFJF e UFMG - A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água; e o POEMAS - Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce.

O documento “A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água” é fruto de uma parceria entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo foi de fazer um levantamento dos danos ambientais e impactos genéricos da realidade das comunidades ribeirinhas pós Evento. O que se constatou foi uma dissonância entre os relatos dos moradores do centro urbano e da zona rural, sendo a percepção de dano minimizada pelos primeiros, ao passo que os últimos demonstraram sérias preocupações com os impactos da tragédia.

Em Poemas - Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final³⁴, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do Evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil³⁵. A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁶.

34 POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

35 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

36 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

Segundo os supracitados estudos, além da fauna e da flora da região de Rio Doce, a dinâmica econômica e o cotidiano das pessoas foram impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Este cenário foi fortemente explorado pelos veículos de mídia bem como pelas pesquisas acadêmicas aqui elencadas.

O levantamento documental realizado evidencia, portanto, que o impacto na imagem do município foi expressivo, e agravado pela recorrente menção ao curso d'água homônimo, majoritariamente presente nas publicações relativas ao Evento.



Figura 31 Ponte entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, reservatório da UHE Risoleta Neves.

Fonte: goo.gl/sximc2



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Em entrevista institucional, os representantes do poder público informaram que, embora entendam o turismo como uma possibilidade importante para o desenvolvimento econômico, ele não é uma atividade muito presente no município e uma das formas que encontraram para fomentá-lo foi a realização de eventos culturais. Entendem, ainda, que a cidade possui pouca utilização do potencial turístico e que o principal atrativo da cidade é o Caminho de São José, objeto de investimentos da Prefeitura em divulgação e aprimoramento do local.

Como as principais fragilidades observadas para desenvolvimento da atividade turística, foram apontados o número reduzido de meios de hospedagem e também o baixo número de atrativos turísticos consolidados. Além disso, os hotéis e os estabelecimentos de A&B (alimentos e bebidas) não estão devidamente capacitados para receberem turistas.

As potencialidades levantadas no município foram:

- Pesca de lazer;
- Esportes aquáticos como *jetski* e corrida de bote;
- Corrida Rústica tradicional;
- Fazenda Porto Alegre como ponto de apoio do Caminho de São José;
- Caminhada de Santana;
- Centro Cultural na antiga estação foi restaurado com recursos do Fundo Estadual de Cultura;
- Represa de Candonga com a pretensão de repovoar o lago estimulando os produtores locais a criarem os peixes;
- Projetos culturais importantes: Trocando Notas, musicalização infantil, parceria entre Cultura e Educação;
- Banda de música: Corporação Musical Santo Antônio;
- Estádio: jogos de futebol da segunda divisão do campeonato mineiro ocorrem no município;
- Imagem: Considerada a 36ª melhor cidade para se viver no país e 5ª melhor cidade para se viver em MG.

No âmbito da administração pública, embora reconheçam que a relação entre os representantes do poder público e o setor privado vinculado ao turismo seja tímida, os representantes do município sinalizaram abertura para o diálogo.

4.2 Cultura

O município mostra-se alinhado com a concepção de estruturação sistêmica da política de cultura no país, em articulação com as instâncias estadual e federal, e, empenhado em conferir à estrutura de gestão local a configuração necessária a tal alinhamento. Aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e instituiu o Sistema Municipal de Cultura. A estruturação plena do SMC ainda depende, entre outros, da criação do Fundo Municipal de Cultura e da elaboração final do Plano Municipal de Cultura, em processo.

Uma importante instância de participação e de controle da sociedade civil organizada sobre a política cultural e de patrimônio de Rio Doce encontra-se em funcionamento: o Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura. No sentido da democratização do processo decisório das políticas culturais, o município também realizou duas edições espaçadas da Conferência Municipal de Cultura e ainda participou de conferências nacionais de cultura.

Rio Doce dispõe de legislação específica de proteção do seu patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, e de fundo de patrimônio cultural, o que representa passo significativo para a implementação de política pública de preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio local.

O município está articulado aos instrumentos da política estadual de cultura e demonstra participação ativa na política do ICMS Patrimônio Cultural e no Fundo Estadual de Cultura.

Do ponto de vista de sua infraestrutura de equipamentos culturais, o município apresenta uma diversidade de espaços destinados a práticas culturais como biblioteca pública, cinema, museu, teatro/sala de espetáculo e um centro cultural, criado a partir da refuncionalização da antiga Estação Ferroviária, com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

Entretanto, constata-se pouca diversidade cultural dentre os grupos participantes da produção e da difusão da cultura riodocence, que se destaca na área musical e nas

manifestações da cultura religiosa e popular. Avalia-se como uma medida relevante a promoção de programas de formação de público, além da diversificação da oferta de cursos de formação artística e cultural de modo a fortalecer e ampliar a ação cultural local.

4.3 Esporte e Lazer

O representante municipal entrevistado afirma que o Esporte é de grande importância para o município, pois promove integração social, intercâmbio e bem-estar da população. Ele entende que o município tem grande potencial para a implantação de novas modalidades esportivas, porém, a maior dificuldade é a falta de infraestrutura e espaços para a realização das atividades.

Quanto ao lazer, o entrevistado afirma que este é de grande importância para o desenvolvimento social e econômico de Rio Doce, porque dessa forma é possível oferecer diferentes opções de atividades para a comunidade. Ele diz que as potencialidades são muitas, porém, não cita quais são e ainda esclarece que as maiores dificuldades são a falta de infraestrutura, espaço e opções.

:



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 16.

Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 32 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 32 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 33, a seguir:

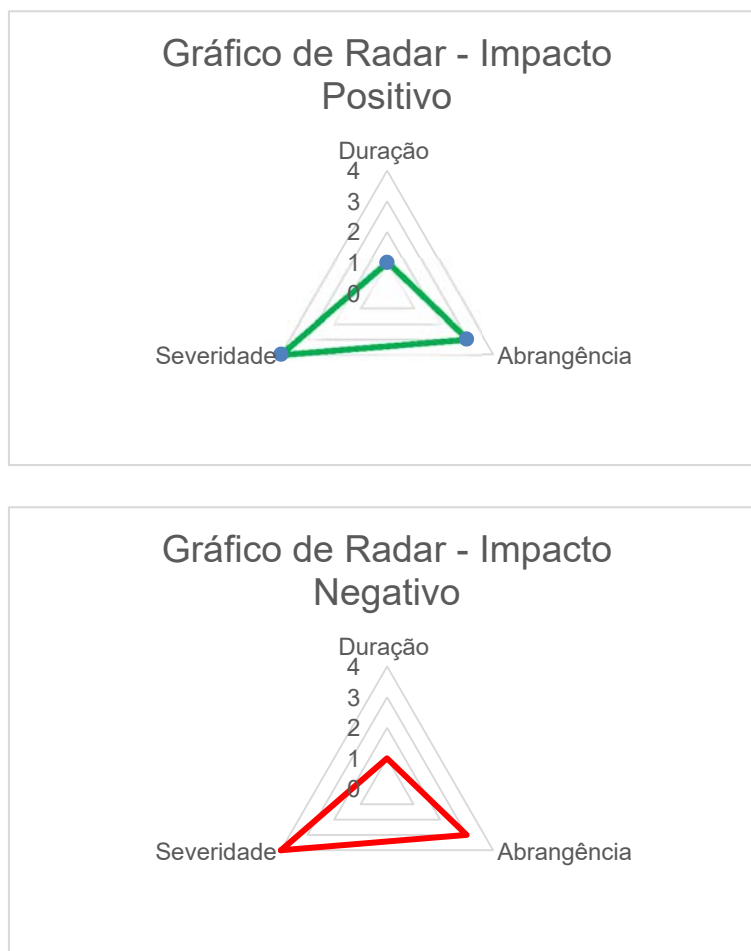


Figura 33 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve

para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 34 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

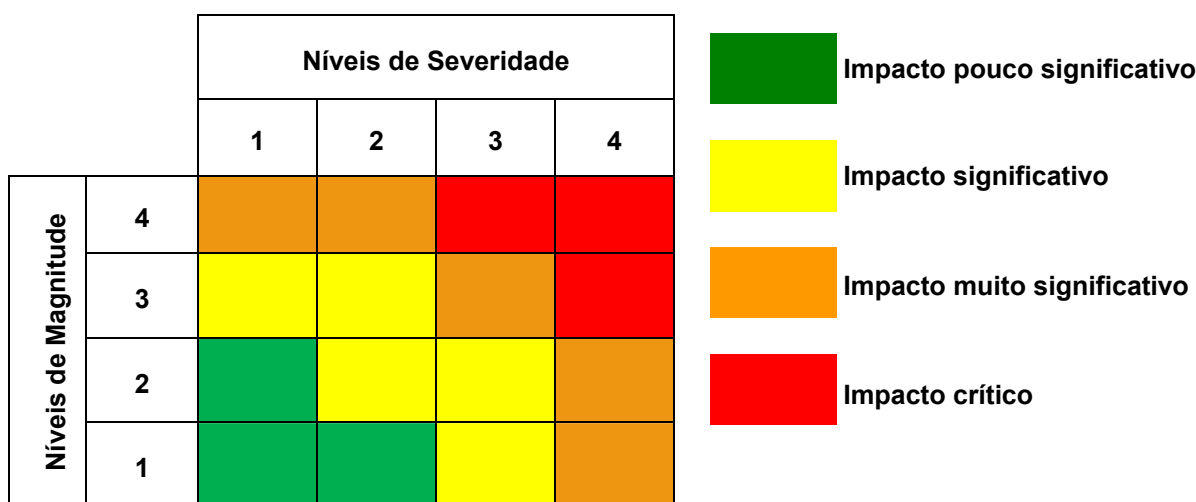


Figura 34 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela

implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais

que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- c) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- d) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- e) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- f) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (ICP) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- b) Impactos a médio prazo (IMP) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;

- c) Impactos a longo prazo (ILP) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- d) Impactos não remediáveis (INR) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- c) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- e) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- f) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;

- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;

- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;

- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

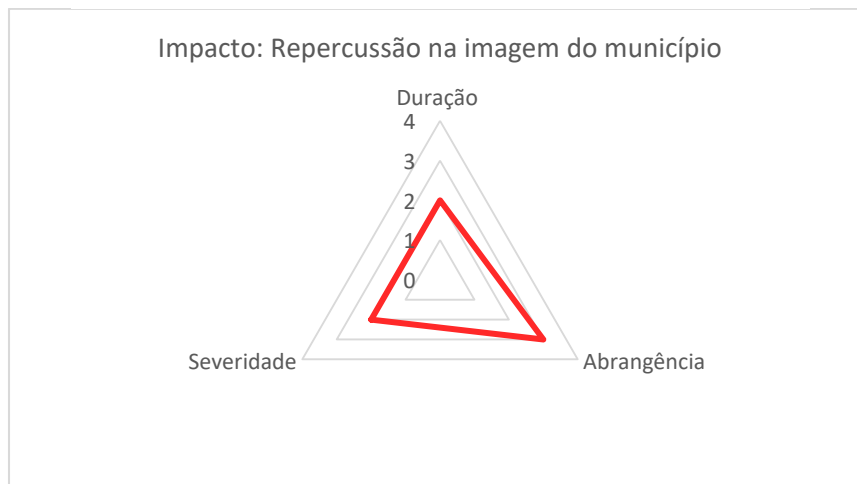
5.2.1 Repercussões sobre a Imagem do Município

Dada sua magnitude, o Evento gerou repercussões de âmbito nacional e internacional, por meio de notícias veiculadas em mídias digitais, escritas e televisivas a respeito de suas causas e efeitos tanto sobre as condições ambientais da bacia do rio quanto das vidas das pessoas que mantinham relação direta ou indireta com ele. Esse conjunto de comunicações midiáticas repercutiu sobre a imagem do município. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e o meio científico. A análise do impacto decorrente da produção acadêmica e jornalística sobre a imagem do município de Rio Doce foi procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos, conforme anteriormente apresentado.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como média (2), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

Gráfico 2 Repercussões na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

5.2.2 Impacto sobre Atrativos Turísticos

Dentre os diferentes tipos de impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão sobre o município de Rio Doce tem-se aqueles que afetam relevantes atrativos turísticos locais – Reservatório da UHE Candonga/Passeio de Chalana no Lago de Candonga; Encontro dos Rios Piranga e Carmo; e o Caminho São José.

A seguir analisam-se, de modo específico, os impactos sobre esses diferentes atrativos turísticos do município.

5.2.2.1 Reservatório da UHE Candonga

A implantação de usinas hidrelétricas costuma gerar diversos impactos. Dentre eles, a formação de reservatórios de água que, por suas características, se transformam em importantes equipamentos turísticos para os municípios que se encontram às suas margens. É comum que tais reservatórios ofereçam diversas possibilidades de recreação náutica, não somente para a população local, mas também para turistas atraídos pelo desenvolvimento deste tipo de atividade.

Em Rio Doce, o reservatório da UHE Candonga se constitui em importante atrativo turístico porque se caracteriza como um complexo que combina beleza cênica com outros atributos que propiciam o desempenho de práticas esportivas e lazer – natação, pesca amadora, contemplação da paisagem, passeio de chalana, dentre outros. Por reunir os diversos atributos ora mencionados, esse atrativo natural era frequentado por moradores do município e também atraía turistas da região, sobretudo pescadores. Face a tais características a UHE Candonga é nesta análise tomada como um território específico, sobre o qual os impactos do Evento incidiram em distintas dimensões.

A seguir apresentam-se imagens que se referem, respectivamente, a períodos anterior e posterior ao Evento. A observação das mesmas possibilita notar diferença substancial nas cores que representam a água do lago. A referida diferença de coloração da água do lago, antes e pós Evento, reflete a acumulação de lama despejada da barragem de Fundão e de outros detritos arrastados ao longo do trecho entre a barragem e o referido reservatório.



Figura 35 Imagens do impacto ambiental no Lago da UHE Risoleta Neves (fotos aéreas datadas de 25/08/2014 e 04/07/2016)

Fonte: Google Earth

Neste contexto, considera-se que o reservatório recebeu impacto direto em relação à paisagem e beleza cênica. Foi comum a verificação de reportagens jornalísticas identificadas no clipping, que expressam a tristeza em função de ver a atual condição dos recursos naturais naquele local.

Os usos do reservatório da UHE Candonga também foram alterados pelos impactos diretos do rompimento da barragem de Fundão, notadamente os usos associados ao lazer náutico, tais como passeios de barco, caiaque, natação e pesca amadora, os quais foram interrompidos/proibidos.

Outro costume associado à UHE Candonga, alterado por consequência do Evento, foi a realização do forró do bar do Quiosque (o qual localiza-se no município de Santa Cruz do Escalvado, na outra margem do reservatório). O referido Quiosque servia como importante ponto de lazer e encontro da população de Rio Doce e teve o seu uso temporariamente interrompido.

Um atrativo turístico de destaque no Complexo da UHE Candonga é o passeio na Chalana denominada Olga. Responsável pela comunicação entre as margens do Lago de Candonga, a referida Chalana também foi diretamente impactada pelo Evento, tendo sua atividade sido interrompida desde então. Além do impacto sobre o atrativo turístico, foi dificultada, também, a comunicação entre as margens, entre os municípios.

As fotos a seguir possibilitam verificar as alterações físicas ocorridas no local, inviabilizando a continuidade do passeio na Chalana, assim como as demais outras atividades de lazer e esportivas praticadas no complexo.



Figura 36 Impactos sobre a Chalana do reservatório da UHE Risoleta Neves.

Fonte: <https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/>, consultado em 01/11/2016

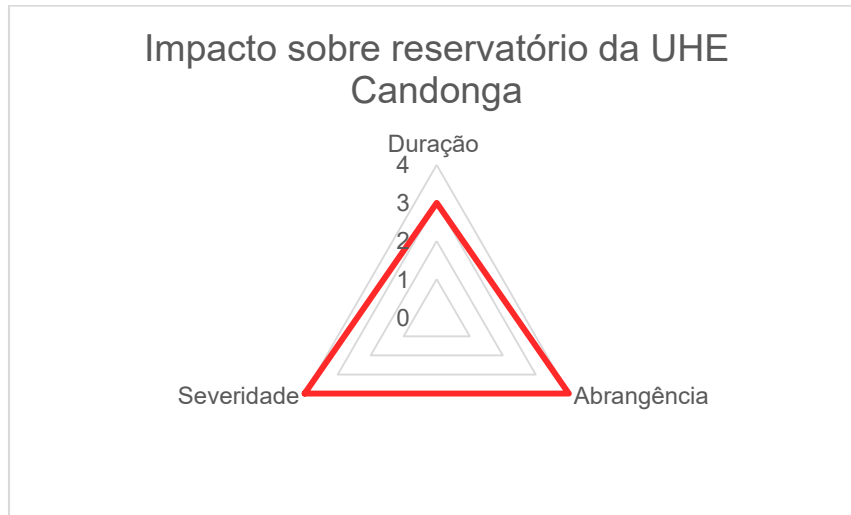


Figura 37 Operação de retirada de rejeitos acumulados no reservatório de Candonga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com base no que se expôs acima, considera-se o impacto em tela como de natureza negativa; diretamente originado do Evento; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência regional (4), considerando que os frequentadores do lago eram oriundos inclusive de outros municípios da região. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia aos atrativos turísticos da UHE Candonga, para qualquer pessoa após o Evento, além da interrupção do fornecimento de serviços e produtos essenciais para o turismo na região.

Gráfico 3 Avaliação do impacto sobre o reservatório da UHE Candonga/Chalana Olga



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica a significância deste impacto (4).

5.2.2.2 Caminho de São José

Conforme expresso na seção de Diagnóstico deste relatório, o Caminho de São José é um relevante atrativo natural e cultural do município de Rio Doce, que acompanha as margens do rio Piranga num trecho de 48 quilômetros de extensão até Barra Longa. Esse importante atrativo turístico era apropriado por diferentes usuários, os quais lhe conferiam diversos significados. Praticantes de esportes eram atraídos em função da riqueza natural, da beleza cênica e da configuração do Caminho. Religiosos também eram frequentadores assíduos, em romarias, caminhadas e outras manifestações de cunho místico. Todavia, em função do rompimento da barragem de Fundão, o Caminho de São José teve a sua paisagem impactada, ocasionando a interrupção da Romaria, da Corrida Rústica ali realizada, bem como de outras iniciativas espontâneas de turismo, esporte, lazer e religiosidade.

Acrescenta-se que um trecho do Caminho de São José foi interrompido em função de movimentação de máquinas trabalhando para a recuperação do rio. Em razão dessa interrupção de acesso, os pedestres estão impedidos de passar.

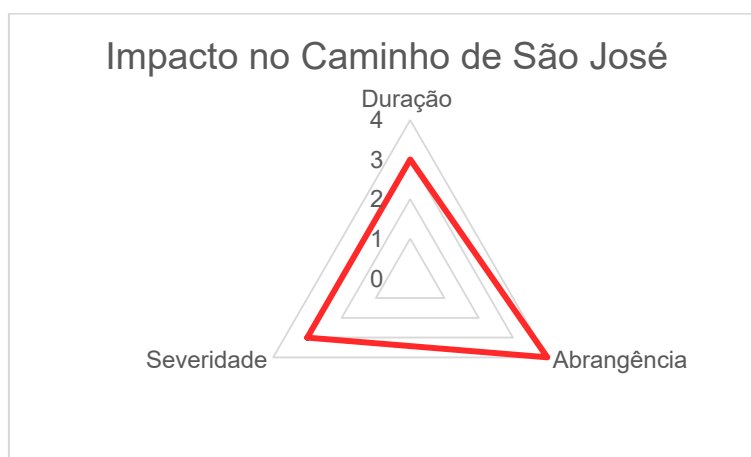


Figura 38 Impacto na paisagem na região do encontro dos rios Carmo e Piranga, com detalhe para a localização do Caminho de São José (fotos aéreas datadas de 24/08/2014 e 29/05/2016)

Fonte: Google Earth

A análise das características do Caminho de São José, em termos de seus atributos naturais, culturais e turísticos, face aos impactos sobre ele incidentes possibilitam classificar tal impacto como de natureza negativa, de origem direta em relação ao Evento, e de longa duração (3), já que a recomposição desse ambiente natural está estimada para um período superior a cinco anos. Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta um atrativo natural, acessado por pessoas da região. Em termos de severidade, este impacto foi avaliado médio-alto (3), já que o Evento comprometeu a paisagem e interrompeu o uso de um ambiente natural apropriado e significado por diferentes segmentos sociais, em atividades esportivas, de lazer e religiosas.

Gráfico 4 Impactos sobre o Caminho de São José



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

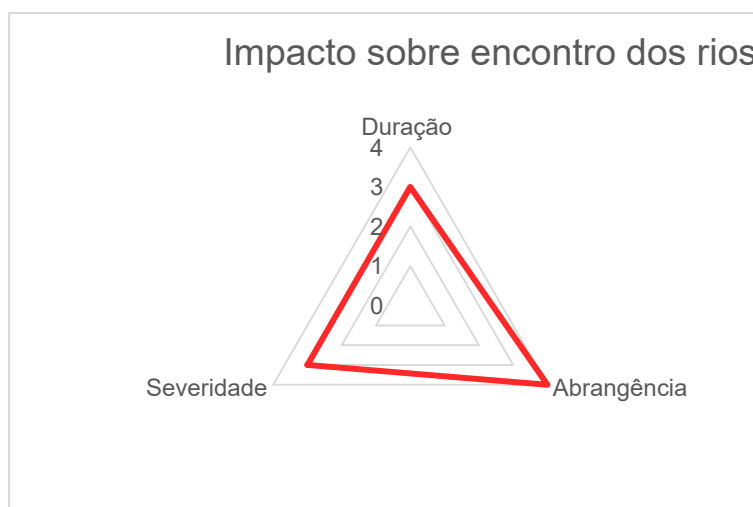
5.2.2.3 Encontro dos Rios Piranga e Carmo

Outro lugar que se configura como atrativo natural em Rio Doce, também dotado de importância histórica e, com efeito, turística é o Encontro dos rios Piranga e Carmo. Tal como mencionado no diagnóstico, além de sua riqueza natural e beleza cênica, o referido

lugar está associado a fatos marcantes da história local, os quais reforçam o senso de pertencimento e a identidade coletiva.

A análise das características do lugar tomado nesta análise e do impacto sobre ele incidente possibilita categorizá-lo como de natureza negativa, de origem direta em relação ao Evento, e de longa duração (3), já que a recomposição desses ambientes naturais requererá mais de cinco anos. Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta um atrativo natural, de elevada importância turística e cultural, acessado por pessoas da região. Em termos de severidade, este impacto foi avaliado como médio-alto (3), já que o Evento afetou o ambiente e a paisagem fruída pela população local e regional.

Gráfico 5 Impactos sobre o encontro dos rios Piranga e Carmo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.3 Impacto Econômico no Setor de Turismo

O rompimento da barragem de Fundão gerou impactos de ordem econômica nas atividades de cunho turístico no município de Rio Doce. Esses impactos se manifestaram

de diversas formas, mas, sobretudo, por meio da diminuição na demanda de serviços ofertados em meios de hospedagem, da mudança do perfil do turista e, por fim, da diminuição da comercialização de produtos, notadamente artesanais, associados à atividade turística.

As características da ocupação hoteleira são complexas dada a segmentação desse segmento de mercado. Cada localidade possui características próprias e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final. Em Rio Doce, essa dinâmica tende a se tornar ainda mais complexa em função dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

As entrevistas realizadas no município possibilitaram apurar que, dos oito bares e restaurantes em funcionamento, metade (4) sentiu impactos decorrentes do Evento, expressos entre outros aspectos pela queda no número de visitantes, notadamente de pescadores. Em apenas um dos empreendimentos desse segmento não se manifestou a percepção de impacto relacionado à diminuição no número de visitantes. Todavia, um dos entrevistados relatou que embora tenha havido diminuição no número de pescadores que frequentavam o estabelecimento, houve um aumento significativo no atendimento de funcionários de empresas que estão prestando serviços à Samarco, o que teria ocasionado um aumento de 30% em seu faturamento. Ainda nessa perspectiva, apenas um taxista entrevistado afirmou ter percebido impacto negativo na demanda por seus serviços, apontando uma diminuição da ordem de 20% em sua arrecadação.

Associada à diminuição do número de visitantes no município tem-se a alteração significativa do perfil das pessoas em circulação no município, em decorrência do Evento. Regularmente, os visitantes do município estão vinculados às atividades de esporte e lazer no lago da UHE Candonga, à pesca, aos passeios, eventos esportivos e romarias realizados no Caminho de São José, além daqueles interessados na visita dos atrativos culturais e naturais tradicionais. Entretanto, após a ocorrência dos impactos consequentes do Evento, o público visitante passou a ser majoritariamente constituído por trabalhadores vinculados às ações e medidas desenvolvidas pela Samarco com vistas à recomposição das condições sociais e ambientais do município, assim como por

pessoas interessadas em contribuir para tal - pesquisadores, representantes de movimentos sociais e pessoas envolvidas com diferentes tipos de mídias.

Assim, pode-se dizer que a alteração do perfil do visitante manteve em certa medida o aquecimento dos serviços turísticos de hospedagem e alimentação, mas enfraqueceu outros bens e serviços mais identificados com o processo de turismo já estruturado no município: de lazer, esporte e religioso.

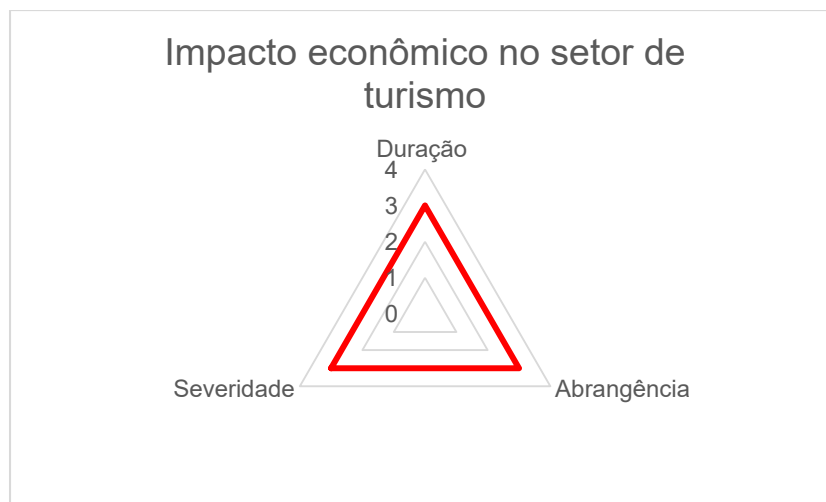
Esse enfraquecimento se estendeu à produção e comercialização do artesanato local. Todavia é preciso considerar que, sob a perspectiva do turista tem-se o interesse de adquirir artesanato, sobretudo aquele que represente a identidade local. Quanto às formas de comercialização, se ela é direcionada unicamente ao turismo, esse comércio acaba conduzido pelas oscilações do próprio fenômeno turístico que é influenciado pela segmentação do mercado, pelas características da localidade, pela sazonalidade da demanda turística e, ainda, pelos fatores macroeconômicos. No município de Rio Doce, onde um empreendimento percebeu queda de 40% de arrecadação na venda de artesanatos, é importante averiguar, se nesse caso em particular, esse arrefecimento se deu em função da alteração na demanda turística ou se por outros motivos aleatórios. Os participantes do projeto de agroindústria da comunidade Jorge, perceberam um impacto indireto, pois a comercialização de doces diminuiu em função da alteração do perfil do visitante no município. E embora tenham percebido uma diminuição na arrecadação e no número de visitantes não souberam quantificar esse valor, seja em termos proporcionais ou absolutos.

Como já expressei, o perfil de visitantes do município foi alterado: de pescadores, romeiros e pessoas interessadas em atividades de esporte e turismo de aventura, para trabalhadores das obras de recuperação do rio. Nesse sentido, pode-se afirmar que a redução na comercialização de artesanato está relacionada com o rompimento da Barragem de Fundão.

Consideradas as diversas dimensões que encerram o setor de turismo no município, avalia-se o impacto em tela como de natureza negativa, originado indiretamente do Evento, e de longo prazo (3), pois estima-se ser necessário um período de tempo superior a cinco anos para o restabelecimento das condições anteriores aos efeitos do Evento no

município. Sua abrangência é municipal (3) e sua severidade avaliada como média alta (3), dada a sua incidência particular no setor hoteleiro, de alimentação e comercialização de artesanatos.

Gráfico 6 Impacto econômico no Setor de Turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características este impacto foi classificado como muito significativo (3).

5.2.4 Alteração de Costumes e Práticas Cotidianas

O rompimento da barragem de Fundão ocasionou alterações em costumes locais, ao interferir nas relações com o espaço e com o tempo, histórica e culturalmente construídas pelos moradores de Rio Doce. Embora parte dessas alterações se manifeste de modo difuso, identificam-se costumes e práticas cotidianas cujos impactos decorrentes do Evento se fazem mais evidentes, a saber, os costumes associados: (i) à pesca amadora e (ii) à prática esportiva do futebol.

5.2.4.1 Pesca Amadora

A pesca amadora era considerada uma das principais atividades de lazer do município, inclusive com a participação de pessoas de toda a região. O Evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio, os quais ficaram em grande parte depositados na área do reservatório da UHE Candonga, cujo barramento serviu inclusive de anteparo para evitar que esses resíduos seguissem descendo no leito do rio até o mar.

Com efeito, a pesca amadora foi gravemente afetada pelo Evento não somente em função do comprometimento da biota, mas em função da deposição de grandes quantidades de detritos na área do reservatório. Ou seja, às margens do rio na altura do município de Rio Doce.

Os moradores e ribeirinhos desta região, entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o Evento e que só agora, um ano após o acidente, pouquíssimas pessoas arriscam em retomar a atividade de lazer impactada. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região. O maior receio é que os peixes estejam contaminados com metais pesados advindos do rejeito da barragem rompida. Além disso, a pequena abundância dos peixes sobreviventes não atrai a atenção dos pescadores.

Entretanto, foi observado pescadores em atividade no rio Doce e no rio de Peixe, apesar da pesca estar proibida para esta época do ano em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e Portaria IEF nº 78/2016. Naquela ocasião, os pescadores relataram que os peixes capturados se apresentavam “desbotados” e se restringiam a poucas espécies.



Figura 39 Espécime de dourado capturado por pescador amador em 15/11/2016 no Rio Doce próximo a confluência com o Rio de Peixe

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

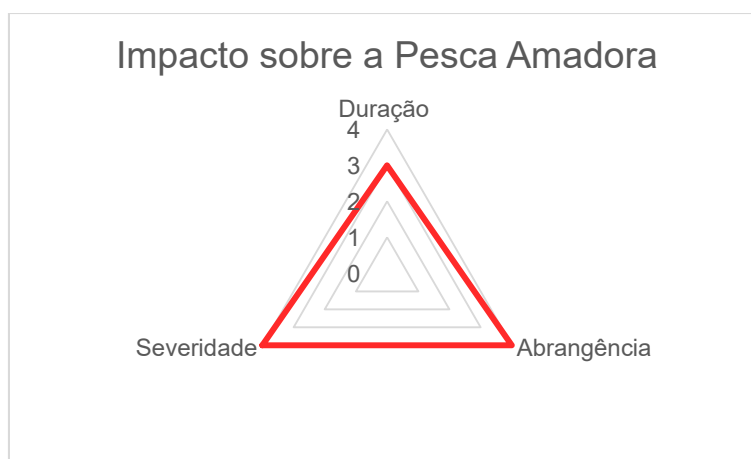


Figura 40 Acampamento de pescadores amadores às margens do rio Doce, no município de Rio Doce/MG em 15/11/2016

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua magnitude é regional (4) e sua severidade alta (4), já que o Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 7 Impacto sobre a Pesca Amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

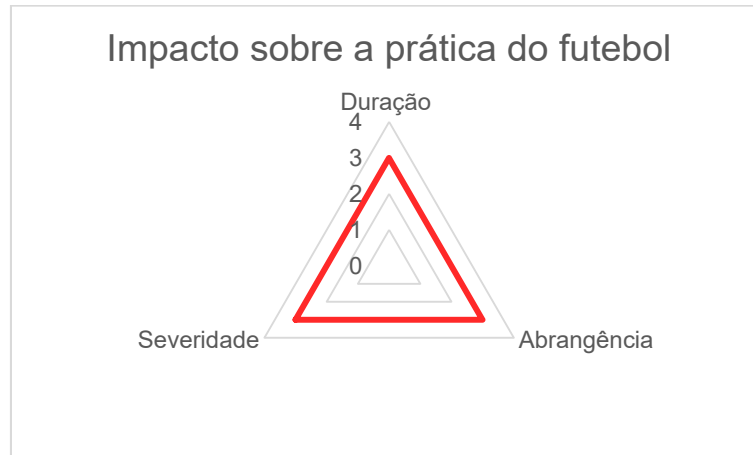
Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.4.2 Prática Esportiva do Futebol

Tal como já mencionado, a prática do futebol como atividade de lazer no município foi impactada, por um lado, pela interdição do campo de futebol da comunidade de Santana do Deserto e, por outro, em decorrência do aumento na demanda por uso das estruturas disponíveis na sede do município pela população exógena, que chegou a Rio Doce para trabalhar nas obras de reconstrução socioambiental.

Esses fatores exerceram impacto de efeito negativo sobre a população do município, que teve a oferta de tempo e estruturas disponíveis diminuídas para seu uso. A origem deste impacto é indireta em relação à ocorrência do Evento e deverá ser de longa duração (3), ou seja, superior a um período de cinco anos até sua recomposição em níveis originais. Sua magnitude é municipal (3) e sua severidade é média-alta (3).

Gráfico 8 Impacto sobre a prática do futebol



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é classificado como muito significativo (3).

5.2.5 Alteração na Agenda Cultural e Esportiva

Conforme diagnosticado, o município de Rio Doce possui uma expressiva agenda cultural e esportiva. Essa agenda demarca e organiza o tempo social e coletivamente vivenciado, propicia a comemoração de fatos e aspectos que reforçam o senso de pertencimento e a identidade coletiva; estimula a interação social, fortalecendo laços sociais, a solidariedade e a cooperação; e favorece as atividades econômicas locais, sobretudo aquelas associadas ao turismo esportivo, de lazer e religioso.

O Evento provocou alterações na referida agenda cultural e no calendário esportivo do município, de modo específico sobre a peregrinação de Barra Longa a Santana do Deserto, e a Corrida Rústica.

5.2.6 Interrupção da Peregrinação de Barra Longa a Santana do Deserto

A Peregrinação de Barra Longa até Santana do Deserto foi interrompida em 2016 em função dos impactos do Evento, de maneira particular dos impactos sobre a condição

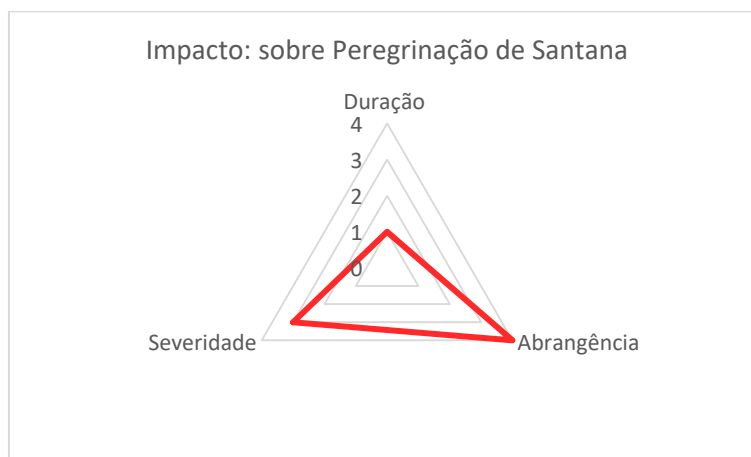
físico-ambiental e a paisagem no Caminho de São José. De acordo com o diagnóstico, este evento costuma reunir, durante o mês de julho, cerca de 5.000 romeiros que visitam o distrito de Santana.

Algumas intervenções para a melhoria têm sido realizadas pela Samarco, as quais consistem na retirada dos rejeitos do rompimento da barragem. Entretanto, de acordo com os entrevistados, esses trabalhos têm sido insuficientes para a recomposição ambiental até o momento, e, por consequência, para restabelecer as práticas culturais relacionadas ao rio e suas margens.

Acrescenta-se que outros dois eventos da agenda cultural local sofreram alterações em função do rompimento da barragem de Fundão: (i) o Curso de Formação de Lideranças - Resgate das Danças, previsto para ser realizado em novembro de 2015, não ocorreu porque as estradas de acesso ao distrito ficaram intransitáveis após o rompimento da barragem; (ii) e o evento de Fabricação do Livro de Memórias, também cancelado.

Portanto, o impacto em tela é de natureza negativa, de origem indireta em relação ao Evento, e magnitude regional (4), tendo em vista que a peregrinação atrai pessoas de diferentes municípios da região. Estima-se que a peregrinação poderá ser restabelecida em até dois anos após o Evento, ou seja, a partir do ano de 2017 (1). Com relação à severidade, a avaliação é de que este impacto é de média-alta severidade (3).

Gráfico 9 Impacto sobre a Peregrinação de Santanna



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

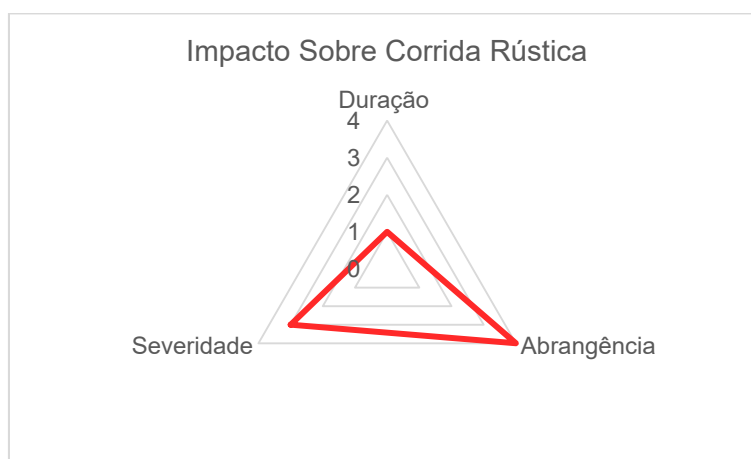
A avaliação das características e aspectos que encerram o impacto em tela possibilita classificá-lo como muito significativo (3).

5.2.7 Interrupção da Corrida Rústica

A Corrida Rústica no Caminho São José costuma receber corredores oriundos de diferentes municípios, tais como: Viçosa, Santa Cruz do Escalvado, Alvinópolis, Rio Piracicaba, São Miguel do Anta e Ponte Nova, além daqueles pertencentes ao próprio município de Rio Doce. A Corrida ocorre tradicionalmente durante o mês de março, dentro da programação de aniversário da cidade e possui dois percursos: de 08 e 04 km. Em 2016, a corrida não ocorreu em função dos impactos na paisagem às margens do rio.

Trata-se de um impacto de natureza negativa, indiretamente originado pelo Evento, e de curta duração (1), considerando que a corrida poderá ser retomada a partir do ano de 2017. Sua magnitude é regional (4) e sua severidade foi considerada como média (3), tendo havido impacto sobre a realização/sediamento da Corrida Rústica no município.

Gráfico 10 Impacto de Interrupção da Corrida Rústica



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é avaliado como muito significativo (3).

5.2.8 Impacto sobre Espaços e Equipamentos Culturais e Esportivos

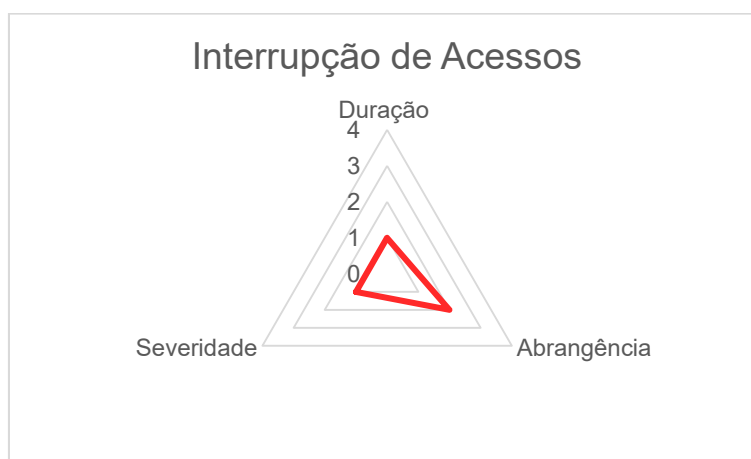
De modo diverso o rompimento da barragem de Fundão ocasionou impactos sobre a estrutura física, as condições de acesso e/ou os usos de espaços e equipamentos culturais e esportivos do município de Rio Doce.

5.2.8.1 Dificuldade no Acesso à Igreja Matriz

O aumento do tráfego de veículos ocasionado pela divulgação do Evento e pelo aumento no número de pessoas em circulação no município com o objetivo de realizar as obras de recomposição socioambiental, gerou problemas de mobilidade na rua principal da cidade, que dá acesso à Igreja Matriz. Por consequência, o acesso ao referido templo religioso católico ficou dificultado para os fiéis.

Este impacto é negativo, indireto e abrange a comunidade da sede urbana do município (2). A sua severidade é baixa (1) e a duração de curto prazo (1), uma vez que se estima que as condições originárias de tráfego na principal rua da cidade serão restabelecidas em até dois anos após o Evento.

Gráfico 11 Impacto sobre Acessos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é considerado como pouco significativo (1).

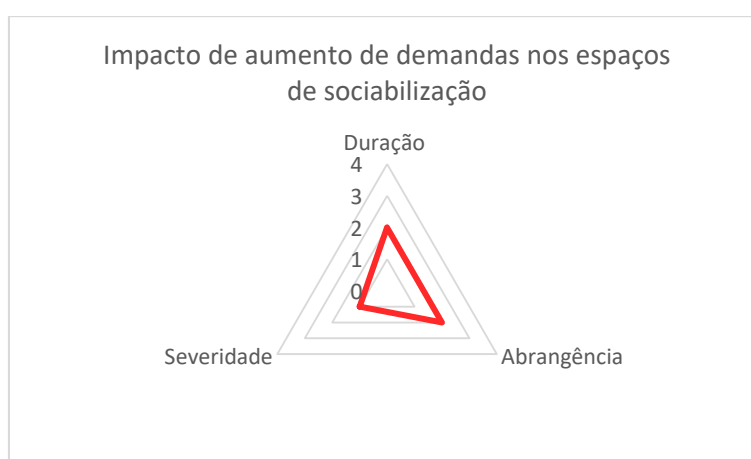
5.2.8.2 Aumento na Demanda por Uso de Espaços de Sociabilização

O aumento de população exógena, notadamente composta por trabalhadores de empreiteiras, para fins de recomposição das estruturas municipais afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão provocou aumento na demanda por uso de estruturas e equipamentos de esporte e/ou lazer do município, durante a noite, por esses funcionários, a saber: no estádio municipal Caetano Sena Neto, na quadra poliesportiva coberta, no campo de futebol *society* e no campo de areia. Com efeito, a comunidade teve reduzido o tempo de uso desses espaços.

Os levantamentos de dados em campo, inclusive por meio de entrevistas, possibilitaram acessar a informação de que o aumento da demanda do Complexo Esportivo foi da ordem de 40%. A Prefeitura tem se responsabilizado pela manutenção desses espaços.

O impacto em tela é negativo, tem origem indireta em relação ao Evento e duração de médio prazo (2), estimando-se que a sua reparação ocorra em até cinco anos. No que se refere à magnitude/abrangência, considerou-se que este impacto afetou a comunidade da sede urbana (2). Em termos de severidade, pode se dizer que esta foi baixa, considerando que o Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas citados acima (1).

Gráfico 12 Impacto de aumento de demanda nos espaços de sociabilização



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é considerado como pouco significativo (1).

5.2.9 Impacto sobre a Dimensão Sociocultural da Comunidade – Santana do Deserto

Em razão da sua proximidade e histórica relação com o rio, a comunidade de Santana do Deserto foi impactada, pelo Evento, em sua dinâmica sociocultural e econômica. O rio é para os moradores de Santana do Deserto repleto de significados, construídos pelos seus usos ao longo da trajetória da comunidade: lugar de travessia para acesso a outro município; de lazer em atividades de natação e de pesca amadora; de contemplação da paisagem; e atrativo de turistas consumidores de bens e serviços oferecidos no local, ainda que de maneira incipiente.

Serão analisados, a seguir, os impactos identificados em Santana do Deserto.

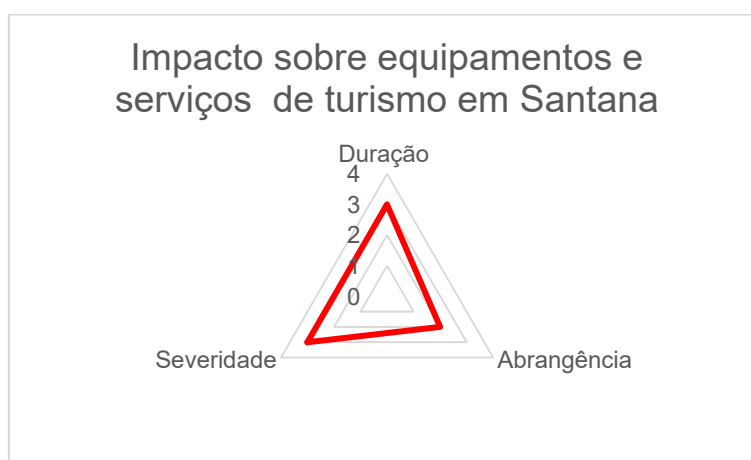
5.2.9.1 Impacto sobre Infraestrutura de Apoio ao Turismo

No tocante à infraestrutura de apoio ao turismo, tem-se o meio de hospedagem denominado Pousada do Zé Patim, que dispõe de 12 unidades habitacionais e de restaurante aberto ao público. Após o rompimento da barragem de Fundão, a pousada continuou com altas taxas de ocupação, todavia, não mais por turistas, mas por trabalhadores que atuam em obras de recuperação do rio Doce nas imediações. Tem-se assim uma alteração do tipo de público ocupante: de turistas, atraídos pelos atrativos naturais, culturais e de lazer ofertados na comunidade, portanto, ligados a um potencial econômico local, a trabalhadores cuja presença se faz de modo ocasional. A questão que se coloca é que, findadas as obras de construção do dique, estas estruturas de apoio ao turismo que, atualmente, são ocupadas por trabalhadores poderão sofrer forte impacto, caso não haja uma ação de retomada do turismo naquele local.

Lideranças comunitárias entrevistadas afirmaram que a ausência de turistas fez extinguir as vendas, ainda que esporádicas, de quitandas para visitantes. Trata-se de atividade econômica realizada por uma cooperativa local e passível de contribuir para o desenvolvimento da comunidade. A alteração do perfil de frequentadores da comunidade coloca em risco a sustentabilidade deste tipo de comércio.

Este impacto é de natureza negativa, origina-se indiretamente do Evento e se configura como de abrangência de comunidade localizada em área limdeira ao município (2), de longo prazo (3), porque a reparação do direito da comunidade se dará num período de tempo superior a 5 anos e a severidade foi avaliada como média-alta (3), já que o Evento afetou significativamente as estruturas de turismo.

Gráfico 13 Impacto sobre equipamentos e serviços de turismo em Santana do Deserto



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

5.2.9.2 Impacto sobre Hábitos e Costumes Tradicionais

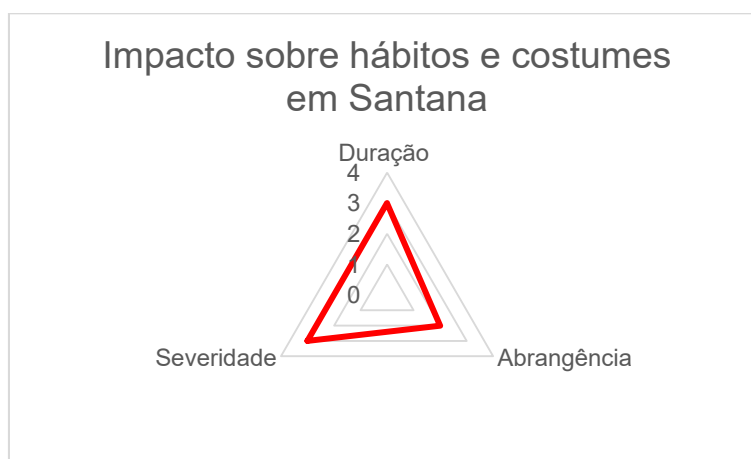
A relação da comunidade com o rio Doce foi alterada também em razão da interdição das atividades de lazer nele praticadas. Os moradores de Santana do Deserto costumavam nadar no lago formado pela UHE Candonga e não o fazem mais porque "as pessoas não têm coragem de nadar, por causa da poluição", conforme relatou uma moradora entrevistada. Esse receio se estende à costumeira atividade de pesca amadora, praticada por moradores locais. Às margens do rio moradores e turistas costumavam contemplar a paisagem. A travessia do rio na chalana denominada Olga, também era uma prática

costumeira, que combinava contemplação e meio de transporte. Essa travessia não é mais possível em função do assoreamento do rio.

Outro hábito dos moradores de Santana impactado pelo Evento foi a prática do futebol, em função da interdição do campo aí existente. Salienta-se que o referido campo de futebol recebia campeonatos e era usado há cerca de 50 anos pela comunidade.

Este impacto é de natureza negativa, origina-se indiretamente do Evento e se configura como de abrangência de comunidade localizada em área limdeira ao município (2), de longo prazo (3), porque a reparação do direito da comunidade se dará num período de tempo superior a 5 anos e a severidade foi avaliada como média-alta (3), já que o Evento afetou significativamente as estruturas de turismo.

Gráfico 14 Impactos sobre hábitos e Costumes Tradicionais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

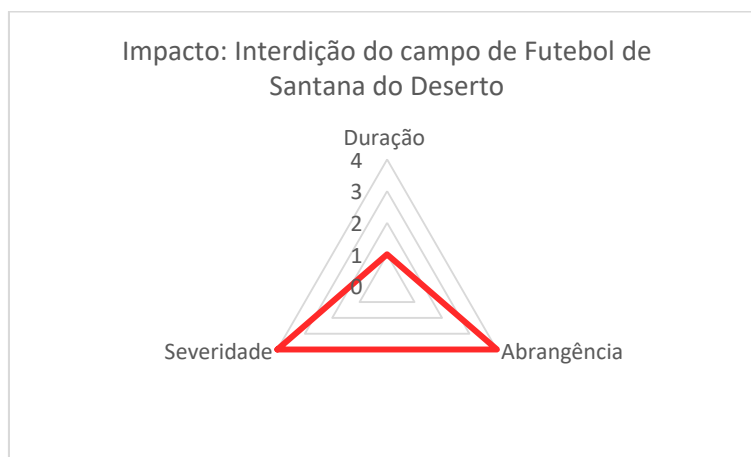
5.2.9.3 Interdição do Campo de Futebol de Santana do Deserto

O campo de Futebol da comunidade de Santana do Deserto encontra-se interditado. O campo de futebol da comunidade foi adquirido pela empresa Samarco, para a instalação de um dique de contenção, gerando dúvidas sobre onde a referida prática esportiva e

recreativa poderá ser realizada. Apurou-se que a comunidade anseia por um novo campo de futebol, em área que possa ser usada também como estacionamento na festa de Santana, bem como pelo restabelecimento das condições estruturais para a prática da natação recreativa. O referido campo se constitui em um importante local de prática esportiva na comunidade e a impossibilidade de acesso ao mesmo altera o costume da prática esportiva.

Este impacto é de natureza negativa, origina-se diretamente do rompimento da barragem de Fundão e se configura como irremediável, porque a reparação do direito da comunidade à prática esportiva do futebol demandará a implantação do mesmo tipo de estrutura em outro local. Estima-se que a restituição da referida estrutura esportiva ocorra em um curto espaço de tempo (1), isto é, em até dois anos após o Evento - até novembro de 2017. Sua abrangência (4) e a severidade foram avaliadas como alta (4), já que o Evento afetou completamente a estrutura esportiva em questão e seus equipamentos.

Gráfico 15 Interdição do Campo de Futebol de Santana do Deserto



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Trata-se, portanto, de um impacto classificado como crítico (4), consideradas as suas características.

5.2.9.4 Impactos sobre o Calendário Cultural e Esportivo da Comunidade

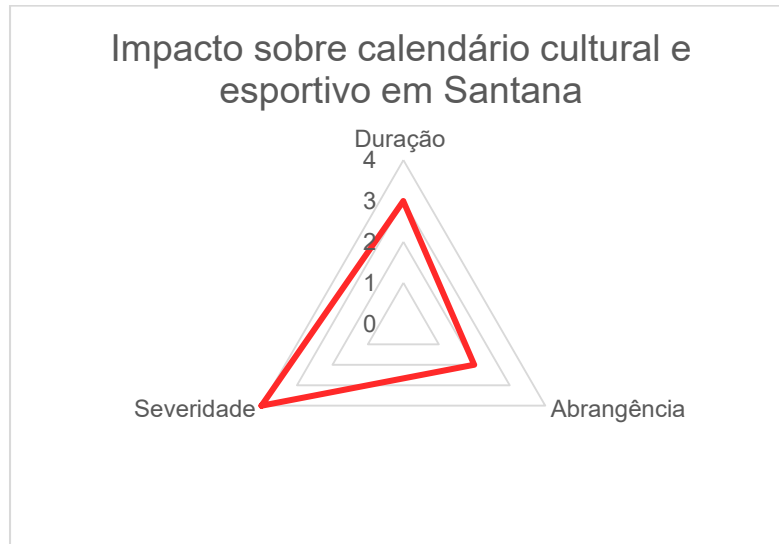
Algumas atividades religiosas e culturais não foram realizadas durante o ano de 2016, em função do Evento, quais sejam: Festa de São Sebastião, Festa das Pastorinhas.

Por fim, tem-se a interdição do tradicional Caminho de São José, percorrido por romeiros e turistas interessados em contemplar a natureza regional. Relata-se que em sua primeira edição após o rompimento da barragem, a Romaria de Santana teve um número maior de participantes, o que se avalia esteja relacionado à curiosidade em observar a situação atual do rio.

Conforme anteriormente expresso, há na comunidade o interesse em fazer com que o Caminho de São José fique conhecido nacionalmente e seja oficializado, atraindo pessoas turistas da região e outro estado. Tem-se, pois, mais um atrativo natural passível de exploração com vistas ao desenvolvimento local.

As descrições acima possibilitam afirmar que o impacto em tela é de natureza negativa, origina-se indiretamente do Evento, tem abrangência local/comunitária (2), duração de longo prazo (3), uma vez que serão necessários mais de cinco anos para que as condições originárias se restabeleçam, e alta severidade (4). Com efeito, avalia-se a sua significância como crítica.

Gráfico 16 Impacto sobre Calendário Cultural e Esportivo em Santana



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é avaliado como muito significativo (3).

A seguir apresenta-se a classificação dos atributos relativos aos impactos acima descritos

Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre atrativos turísticos	Reservatório de Candonga	N	D	3	4	4	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	3	3	3

								Ações de Requalificação Ambiental			
								Ações de Capacitação e Promoção do Turismo			
	Caminho de São José	N	D	3	4	3	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	1	1	1
								Ações de Requalificação Ambiental			
								Ações de Capacitação e Promoção do Turismo			
	Encontro dos rios Piranga e Carmo	N	D	3	4	3	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	2	1	1
								Ações de Requalificação Ambiental			
								Ações de Capacitação e Promoção do Turismo			
Impacto econômico no setor turístico	Alteração do perfil de visitantes	N	IN	3	3	3	3	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	2	1	1

Impacto sobre as Dimensões Sociocultural e Econômica de Comunidade – Santana do Deserto	Impacto sobre Infraestrutura de apoio ao turismo	N	IN	3	2	3	2	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	1	1	
	Impacto sobre Hábitos e Costumes Tradicionais	N	IN	3	2	3	2	Ações de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
	Interdição do campo de futebol	N	D	1	4	4	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	2	2	2
	Impacto sobre calendário cultural e esportivo	N	IN	3	2	4	3	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	2	1
Alteração na Agenda Cultural e Esportiva	Interrupção de eventos culturais	N	IN	1	4	3	3	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	2	1	1
	Interrupção da Corrida Rústica no Caminho de São José	N	IN	1	4	3	3	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	1	1	1
Impacto sobre Espaços e Equipamentos Culturais e Esportivos	Dificuldade de acesso à Igreja Matriz	N	IN	1	2	1	1	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	1	1	1

Alteração de Costumes e Práticas Cotidianas	Aumento da demanda sobre Espaços de Sociabilização	N	IN	2	2	1	1	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	1	1
	Interrupção da pesca amadora	N	D	3	4	4	4	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	3	3	2
	Interrupção do futebol na comunidade de Santana	N	IN	3	3	3	3	Ações de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	2	2	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 19 - Listagem de participantes de reunião institucional em Rio Doce

Nome	Nome do órgão/setor
Silvério Joaquim da Luz	Prefeito
Adair Liberato	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
Ricardo Matias	Departamento de Esporte e Lazer
Elis Regina	Coordenação de Turismo
Keila Cunha dos Santos	Conselho do Patrimônio
Priscila Pereira Santana	Conselho do Patrimônio
Rafaela Pereira Ferrari	Conselho de Turismo
Antônio	Conselho Patrimônio Cultural

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 20 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Referências

_____. QUESTIONAMENTO TEÓRICO DO LAZER. PORTO ALEGRE: PUCRS, 1975.

_____. SOCIOLOGIA EMPÍRICA DO LAZER. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 1979.

_____. ESTUDOS DO LAZER: UMA INTRODUÇÃO. 3. ED. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2002.

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 20/12/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL - LEI FEDERAL Nº 11.771 (LEI GERAL DO TURISMO). 2008.

BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 18.11.2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO. BRASÍLIA, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PNT – PLANO NACIONAL DO TURISMO. DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS, 2003 – 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.

CAMARGO, L. O. L. O QUE É LAZER. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1999.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 18/12/2016.

DUMAZEDIER, J. LAZER E CULTURA POPULAR. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2000.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

[HTTP://CEV.ORG.BR/BIBLIOTECA/POLITICA-NACIONAL-ESPORTE/](http://cev.org.br/biblioteca/politica-nacional-esporte/)

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 19/12/2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ECONOMIA DO TURISMO: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA. 2003-2009. 2012.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 19/12/2016.

IER – INSTITUTO ESTRADA REAL. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.INSTITUTOESTRADAREAL.COM.BR/](http://www.institutoestradareal.com.br/). ACESSO EM 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

MARCELLINO, NELSON CARVALHO (ORG.). POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS DE LAZER: O PAPEL DAS PREFEITURAS. SÃO PAULO: AUTORES ASSOCIADOS, 1996.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. RIO DOCE. IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 16.11.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 18.11.2016

MINAS GERAIS. LEI 22.257 DE 20 DE JANEIRO DE 2011. ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PALÁCIO TIRADENTES, EM BELO HORIZONTE, 27 DE JULHO DE 2016. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 21/09/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 18/11/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM
[HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-snc.pdf)

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. ANNUAL REPORT 2011, MADRID, 2012.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/).

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DO RIO DOCE, 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 13 NOV. 2008.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 19/12/2016

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://WWW.RIDOCE.MG.GOV.BR/](http://www.riodoce.mg.gov.br/)

WTTC – WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. ECONOMIC IMPACT OF TRAVEL & TOURISM. BRAZIL. 2016

BLOG ULTRAINCLUSÃO. DISPONÍVEL EM:

<http://ultrainclusao.blogspot.com.br/2016/01/jacqueline-terto-pagando-promessa.html>.

ACESSO :19/12/2016

HERKENHOFF & PRATES. RELATÓRIO SÍNTESE COMUNIDADES DE MARIANA. BELO
HORIZONTE, 2016.